

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

JÚLIA BORBA DE ANDRADE PEREIRA

**SERVIÇO SOCIAL E AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS: CONTRIBUIÇÃO NO ACESSO
À EDUCAÇÃO COMO DIREITO SOCIAL**

FLORIANÓPOLIS/SC
2011/1

JÚLIA BORBA DE ANDRADE PEREIRA

**SERVIÇO SOCIAL E AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS: CONTRIBUIÇÃO NO ACESSO
À EDUCAÇÃO COMO DIREITO SOCIAL**

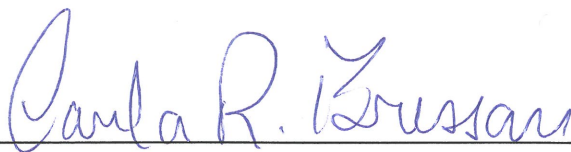
Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de Serviço
Social da Universidade Federal de Santa
Catarina para a obtenção do título de
Bacharel em Serviço Social.
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Carla Rosane
Bressan.

FLORIANÓPOLIS/SC
2011/1

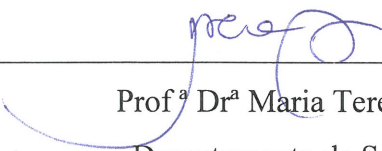
JÚLIA BORBA DE ANDRADE PEREIRA

Este Trabalho de Conclusão de Curso é um requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social e foi julgado e aprovado no Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina pela Comissão Examinadora constituída dos membros:

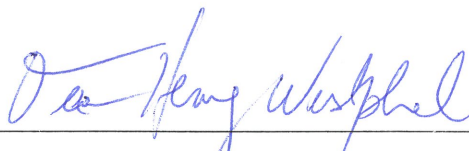
BANCA EXAMINADORA



Prof^a Dr^a Carla Rosane Bressan
Departamento de Serviço Social
Orientadora



Prof^a Dr^a Maria Teresa dos Santos
Departamento de Serviço Social
1^a Examinadora



Prof^a Dr^a Vera Herweg Westphal
Departamento de Serviço Social
2^a Examinadora

Florianópolis, 07 de Julho de 2011.

Dedico este trabalho a Jesus Cristo, meu Senhor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Senhor Jesus, o meu Deus, àquele que sempre me fortalece, que não permite que eu desista das lutas e dos sonhos. Àquele que me levanta, me guia e me ama. Agradeço a Deus por ter vencido mais essa etapa da minha vida, porque se não fosse Ele certamente eu não teria tudo o que tenho, não seria tudo o que sou.

Agradeço a Deus pela força, apoio, carinho, paciência e muito amor que me proporciona através do meu marido Imer, da minha mãe Isabel, do meu pai Remy, da minha irmã Carolina, do meu padrasto Edmundo e do meu cunhado Thiago, os quais são tão maravilhosos e essenciais, que foram colocados em minha vida para me fazer feliz;

Agradeço a Deus pelos familiares, que tanto torcem por mim;

Agradeço a Deus pela minha amiga Sâmela, que mesmo de longe está perto, sempre me proporcionando força, alegria e a certeza da amizade verdadeira;

Agradeço a Deus pelo Projeto Criança Fazendo Arte em minha vida, por meio dos funcionários, crianças e adolescentes obtive um aprendizado sem igual;

Agradeço a Deus pela minha Orientadora Carla Rosane Bressan e pela minha Supervisora de Campo de Estágio Zédica, por toda paciência, conhecimento e apoio;

Agradeço a Deus pelos professores que fizeram parte da minha formação acadêmica, por me fazerem olhar o outro como igual, e lutar com esse outro para o melhor de todos.

Agradeço a Deus pelas orações dos meus irmãos em Cristo.

Ensina a criança no caminho em que deve andar, e, ainda quando for velho, não se desviará dele.

Pv. 22.6

RESUMO

PEREIRA, Júlia Borba de Andrade. **Serviço Social e Ações Socioeducativas: contribuição no acesso à educação como direito social.** Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como tema central o Serviço Social desenvolvido em um Programa socioeducativo vinculado a política pública de assistência social em articulação com a política pública de educação, e como objeto de estudo a contribuição da profissão ao mesmo. A temática foi motivada pela inserção no Programa socioeducativo Fazendo Arte por meio da experiência de estágio acadêmico em Serviço Social. Foi tomado como ponto de partida os diversos questionamentos dos profissionais inseridos no Programa quanto à contribuição das ações profissionais exercidas no mesmo. Muitos dos profissionais têm se mostrado desmotivados e desacreditados quanto à mudança nas situações de vulnerabilidade vivenciadas pelas crianças e adolescentes e até mesmo estigmatizando-os como “predestinados” a reproduzir atitudes recorrentes de seu contexto familiar, tais como comportamentos, uso e venda drogas e execução de violências entre outras situações. Foi realizada uma pesquisa qualitativa, nos moldes exploratórios, fundamentada principalmente na análise bibliográfica/documental, realizada prioritariamente nos cadastros individuais das crianças e dos adolescentes do Programa, e nos registros de atendimentos profissionais especializados no período de 2006 a 2010. A finalidade foi identificar as modalidades de intervenção junto aos usuários, em especial em relação ao Serviço Social. A análise realizada foi em relação a 130 crianças e adolescentes, os quais se enquadraram nos requisitos da pesquisa. Buscou-se contextualizar historicamente a política social, bem como o processo de instauração da política educacional e a articulação com a política de assistência social. E, finalmente realizou-se a reflexão a respeito da inserção do Serviço Social em espaços socioocupacionais com dimensão educacional, voltado principalmente a contribuir para a proteção integral e de modo especial ao direito social à educação às crianças e aos adolescentes. Concluí-se que os atendimentos especializados realizados no Programa, de caráter complementar ao ensino formal, contribuem à proteção social dos usuários. No entanto as ações socioeducativas articuladas à política de assistência social não são universais como está preconizado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional a instauração progressiva do ensino integral nas escolas públicas.

Palavras-chave: Ações Socioeducativas, Crianças e Adolescentes, Direito, Educação, Serviço Social.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Cadastros das Crianças e dos Adolescentes

Gráfico 2: Faixa Etária das Crianças e dos Adolescentes

Gráfico 3: Identificação de Escola no Bairro de Residência das Crianças e dos Adolescentes

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Atendimentos Especializados com as Crianças e com os Adolescentes

LISTA DE SIGLAS

ABE	Associação Brasileira de Educação
AFLOV	Associação Florianopolitana de Voluntárias
CEC	Centro de Educação Complementar
CEDCAS	Conselhos de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
CELATS	Centro Latino-Americano do Trabalho Social
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CMDCA	Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FIA	Fundo da Infância e Adolescência
LDB	Lei de Diretrizes Bases da Educação
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
PCFA	Projeto Criança fazendo Arte
PMF	Prefeitura Municipal de Florianópolis
PNAS	Política Nacional da Assistência Social
PSB	Proteção Social Básica
PSE	Proteção Social Especial
RIAS	Rede Integrada de Ações Socioeducativas
SEMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social
SME	Secretaria Municipal de Educação
SUAS	Sistemas Único de Assistência Social
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, CONCEITUAIS E LEGAIS	13
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA SOCIEDADE CAPITALISTA E A QUESTÃO SOCIAL.....	13
1.2 POLÍTICA DE EDUCAÇÃO E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: LÓCUS DAS AÇÕES SÓCIOEDUCATIVAS.....	24
2 CONSTRUINDO O PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO.....	36
2.1 PROJETO SOCIOEDUCATIVO CRIANÇA FAZENDO ARTE.....	36
2.2 UMA APROXIMAÇÃO AO TEMA DA PESQUISA.....	42
3 ANÁLISE OS DADOS OBTIDOS.....	46
3.1 SITUAÇÃO I – DESCRIÇÃO DO ACOMPANHAMENTO PROFISSIONAL AO ADOLESCENTE “A”.....	54
3.2 SITUAÇÃO II – DESCRIÇÃO DO ACOMPANHAMENTO PROFISSIONAL AOS ADOLESCENTES “B”, “C” E À CRIANÇA “E”.....	58
3.3 OS DESAFIOS DA ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL EM ESPAÇOS EDUCACIONAIS – A PARTIR DA EXPERIÊNCIA VIVENCIADA EM UM PROGRAMA SOCIOEDUCATIVO.....	67
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	71
REFERÊNCIAS.....	74
APÊNDICE.....	77
APÊNDICE A – DOCUMENTO DE AUTORIZAÇÃO DA PESQUISA.....	78
ANEXOS.....	80
ANEXO A – DOCUMENTO DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA EM ORGÃO PÚBLICO.....	81
ANEXO B – DOCUMENTO DE ORIGEM DO PROJETO SOCIOEDUCATIVO CRIANÇA FAZENDO ARTE.....	83
ANEXO C – FICHA DE MATRÍCULA DO PROJETO SOCIOEDUCATIVO CRIANÇA FAZENDO ARTE.....	85
ANEXO D – FICHA DE REMATRÍCULA DO PROJETO SOCIOEDUCATIVO CRIANÇA FAZENDO ARTE.....	89
ANEXO E – REGIMENTO INTERNO DO PROJETO SOCIOEDUCATIVO CRIANÇA FAZENDO ARTE.....	91

INTRODUÇÃO

O desejo de desenvolver o Trabalho de Conclusão de Curso em relação às ações socioeducativas se deu pelo fato da inserção acadêmica como estagiária, no período de agosto de 2010 a julho de 2011, no Programa Fazendo Arte, de cunho socioeducativo e de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Florianópolis, administrado pela Secretaria Municipal de Assistência Social. No Programa são atendidos crianças e adolescentes de seis (6) a quinze (15) anos de idade advindos de toda a região da Grande Florianópolis.

Por meio da experiência de estágio foi possível observar questionamentos feitos pelos profissionais do Programa a respeito da contribuição dos mesmos às crianças e aos adolescentes. Se as ações profissionais estavam sendo efetivas e realmente contribuindo de alguma forma nas situações de vulnerabilidade social vivenciadas pelos usuários e suas famílias. Alguns desses profissionais ao apresentarem esses questionamentos mostravam-se desmotivados e até mesmo desacreditados. Outros estigmatizam as crianças, os adolescentes e suas famílias como se estivessem “predestinados” a reproduzirem as situações vivenciadas em seu contexto familiar como uso e venda de drogas, de violências entre outras situações.

Diante disso, buscou-se nesse trabalho pesquisar os acompanhamentos e atendimentos específicos realizados pelos profissionais do Programa supracitado e analisar a contribuição e importância, em específico do Serviço Social, no auxílio em situações de vulnerabilidade vivenciadas pelas crianças e adolescentes usuários do mesmo.

O primeiro momento da pesquisa foi efetuado em cadastros individuais de cada criança e adolescente do período de 2006 a 2010, bem como em registros de atendimentos e acompanhamentos específicos realizados pelos profissionais do Programa na área do Serviço Social, da Pedagogia, professores, monitores entre outros profissionais. Foi feito um levantamento de quantas crianças tiveram atendimentos especializados neste período. Simultaneamente buscaram-se informações a respeito do período de origem do Programa.

Houve dificuldades em relação à identificação de certos registros profissionais, por conta da falta de dados que possibilitassem a identificação da

criança e do adolescente relacionado, os quais não foram inseridos na contabilização e análise dos atendimentos.

O presente trabalho está estruturado em três capítulos. O primeiro capítulo apresenta a contextualização histórica da constituição do modo de produção capitalista, a então emergente questão social e o papel então atribuído às políticas sociais. Situa-se ainda a política educacional e a política social, como *lócus* de inter-relação das ações socioeducativas.

O segundo capítulo aborda a contextualização do Programa em questão, situando a metodologia da pesquisa.

No terceiro capítulo são apresentados os resultados obtidos mediante a coleta de dados efetuada nos cadastros e atendimentos realizados com as crianças e adolescentes do Programa. Também é feita a descrição de duas situações de importante acompanhamento do Serviço Social, procurando enfatizar as contribuições do Serviço Social na área da educação. Além de discussões a respeito da funcionalidade do Serviço Social e as possibilidades de novos campos de trabalho para a categoria no âmbito da educação.

Por fim foram tecidas as considerações finais, disponibilizando reflexões acerca dos resultados obtidos, dos atendimentos efetuados, dos limites e possibilidades no campo educacional para a profissão, bem como a importância das ações socioeducativas como acesso a todas as crianças e adolescentes, visando à efetividade da legislação que prevê os mesmos como prioridade absoluta.

1. FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, CONCEITUAIS E LEGAIS

1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA SOCIEDADE CAPITALISTA E A QUESTÃO SOCIAL

O sistema capitalista teve sua origem em fins da Idade Média, a partir da ascensão dos comerciantes com a nova classe chamada burguesia, a qual buscava o lucro através das atividades comerciais. Na mesma época também inicia os segmentos dos banqueiros e cambistas. Estudiosos alegam que é nesses segmentos da burguesia que se encontravam os ideais embrionários do sistema capitalista, fundamentados na busca do lucro, acúmulo de riquezas, controle dos sistemas de produção e expansão de negócios e investimentos.

A primeira fase do capitalismo estende-se do século XVI ao XVIII, por meio das grandes navegações e expansões marítimas européias, momento no qual a burguesia mercante inicia a busca de riquezas em terras fora da Europa. A nobreza e os comerciantes estavam à procura de ouro e prata, especiarias e matérias-primas não encontradas no solo europeu. Estes comerciantes eram financiados pela nobreza, quando chegam às terras até então desconhecidas dão início a uma intensa exploração com o objetivo de acúmulo de capital e enriquecimento. Neste contexto observa-se as seguintes características capitalistas: busca de lucros, uso de força de trabalho, moeda substituindo o sistema de trocas, relações bancárias, fortalecimento do poder da burguesia e desigualdades sociais.

Na segunda fase do capitalismo, no século XVII, a Europa passa por grandes mudanças em relação ao sistema de produção a partir da Revolução Industrial iniciada na Inglaterra, fortalecendo o sistema capitalista, influenciando e constituindo raízes na Europa e em outras regiões do mundo. Com a Revolução Industrial conquista-se mais rapidez no processo de produção, pois as máquinas substituíram os artesãos, proporcionando mais lucro. O lucro era absorvido pelos empresários, os quais pagavam baixos salários aos trabalhadores. As indústrias com suas máquinas a vapor foram espalhadas de forma muito rápida por toda Europa. Diante disso, o capitalismo foi ganhando uma nova forma. Por um lado houve grande benefício em relação à queda de preços das mercadorias, porém, esse novo processo

desencadeou vários efeitos e muitos permanecem até a atualidade, como é o caso do desemprego, baixos salários, más condições de trabalho, poluição do meio ambiente e acidentes no manuseio de máquinas foram alguns problemas enfrentados pelos trabalhadores. No século XIX muitos países europeus começaram a explorar regiões da Ásia e África, este processo é chamado de neocolonialismo¹. Essas populações foram dominadas, forçadas a trabalhar na extração de matérias-primas e riquezas, em jazidas de minérios e a consumirem os produtos industrializados das fábricas européias.

No século XX a terceira fase é o chamado capitalismo monopolista-financeiro, permanecendo no sistema bancário até os dias de hoje, por meio da instauração das grandes corporações financeiras e do mercado globalizado. Grande parte dos lucros e do capital em circulação no mundo passa pelo sistema financeiro. A globalização proporcionou às grandes corporações produzirem suas mercadorias nas diversas regiões do mundo, com o objetivo de redução de custos e, baseadas na economia de mercado, mantendo o comércio ativo e em circulação em grandes proporções. Os sistemas informatizados facilitaram as transferências de valores quase que em tempo real. As empresas e indústrias lucram em grandes proporções no sistema capitalista, por meio da extração de mais-valia dos trabalhadores. Mas pode-se dizer que os segmentos bancários e financeiros lucram e acumulam capital numa proporção ainda maior dentro desse contexto econômico da atualidade².

Segundo Behring (2009), a classe burguesa, originária do sistema capitalista, era fundamentada na concepção liberal³ que visa garantir seus interesses de acumulação de capital. Essa concepção é fundamentada na questão do mérito individual, valorizando as potencialidades de cada um, ditas como naturais. Nesse contexto as leis de proteção aos indivíduos em situação de pobreza eram negadas, ou ainda consideradas uma benesse (LUX apud BEHRING, 1993). Segundo Behring (2009) a lógica da ausência de proteção

¹ Neocolonialismo consiste num processo de dominação política e econômica no processo de exploração dos territórios da África e Ásia (informações retiradas do site contido nas referências deste trabalho).

² Informações retiradas do site contido nas referências deste trabalho.

³ A lógica do liberalismo visa atender aos interesses individuais para a melhora das condições de existência. Nessa perspectiva as leis humanas não podem interferir nas leis de mercado, cabendo ao Estado mínima interferência na economia, apenas servindo para legitimar as suas leis (BERING, 2009).

[...] se mantém com os trabalhadores: não se deve regulamentar salários, sob pena de interferir no preço natural do trabalho, definido nos movimentos naturais e equilibrados da oferta e da procura no âmbito do mercado. Trata-se da negação da política e, em consequência, da política social. (BEHRING, 2009, p. 6).

Na metade do Século XIX, ao início do século XX ocorreu o enfraquecimento da perspectiva liberal. O mesmo foi resultado de processos políticos-econômicos, dos quais se destaca o crescimento do movimento operário, que conquistou um espaço importante no cenário político, obrigando a burguesia (então representada pelo Estado) a reconhecer os direitos de cidadania de forma gradual a este segmento. Essas mudanças possibilitaram “[...] maior poder coletivo aos trabalhadores, que passaram a requisitar acordos coletivos de trabalho, direitos sociais e ganhos de produtividade [...]”. (BEHRING, 2009, p. 7).

Outra questão que colaborou para o processo de enfraquecimento do pensamento liberal foi à crise econômica de 1929, que colocou em dúvida os pressupostos do liberalismo, e de forma paralela se instaura a revolução socialista em 1917, que causa crise de legitimidade do sistema capitalista (SANDRONI, 1992 apud BEHRING, 2009).

A partir deste período de crise econômica mundial do capitalismo, Keynes⁴, em sua teoria analisa fatores como desemprego generalizado e de produção, afirmando que os “[...] pressupostos clássicos e neoclássicos da economia política não explicavam os acontecimentos” (BEHRING, 2009, p. 8), tais como o conceito de equilíbrio da economia capitalista, tendo sua autorregulação que proporciona estabilidade (BEHRING, 2009).

Ainda segundo a mesma autora, como solução à crise, Keynes afirma que o Estado tem legitimidade para intervir com medidas econômicas e sociais. Ou seja, segundo Keynes cabe ao Estado promover o equilíbrio econômico mediante a política fiscal, a qual terá a função de estímulo à economia nos períodos de depressão, e em fases de prosperidade o Estado aplica uma elevada política tributária, para que nos períodos de crise exista um fundo de reserva para ser utilizado. As políticas sociais são multiplicadas no período de 1914 a 1939 e se

⁴ A teoria de Keynes, chamada keynesianismo, é vinculada ao pacto fordista caracterizado pela produção e consumo em massa e por acordos em relação aos trabalhadores (informações retiradas do site contido nas referências deste trabalho).

instauram após a Segunda Guerra Mundial até o final de 1960.

Como complementa Behring (2009), em 1949 com a elaboração do plano Marshall, a política social de torna traduzida às realidades concretas da sociedade. Com isso é gerada a esperança de acesso à cidadania a todos os indivíduos, independente de sua classe social.

Em 1960 é o período de sucesso econômico chamado de “Anos de Ouro”, porém a social democracia entra em processo de esgotamento. Behring (2009) esclarece que o pleno emprego já não estava mais sendo garantido pelas medidas econômicas e sociais por parte do Estado, pois a inserção de tecnologia substituiu grande parte da força de trabalho humana. Outros fatores contribuíram no âmbito desse esgotamento, como o aumento de dívidas públicas e privadas. Nesse sentido a proteção social estava sendo negligenciada no capitalismo. As elites político-econômicas não estavam satisfeitas com a ampliação da intervenção do Estado, pois não consideravam seus interesses atendidos com a inclusão das políticas sociais.

A partir desse contexto, entre 1970 e 1980, entra em cena um novo ideário a ser instaurado, o neoliberalismo, que significa a reinvenção do liberalismo, como reação teórica ao keynesianismo e ao Welfare State⁵. Isso ocorre em detrimento do

⁵ Há literaturas que afirmam que o Welfare State só foi instaurado de forma plena após a Segunda Guerra Mundial, com a expansão do capitalismo. O processo do desenvolvimento industrial ocasiona o surgimento de uma nova divisão no mundo trabalho, causando novas demandas individuais. Logo, o Estado cria políticas para atender as especificidades das novas necessidades. Neste contexto pode-se destacar o processo de origem e desenvolvimento do Welfare State. De acordo com Gomes (2006), o Welfare State é compreendido como “um conjunto de serviços e benefícios sociais de alcance universal promovidos pelo Estado com a finalidade de garantir uma certa ‘harmonia’ entre o avanço das forças de mercado e uma relativa estabilidade social, suprimindo a sociedade de benefícios sociais que significam segurança aos indivíduos para manterem um mínimo de base material e níveis de padrão de vida, que possam enfrentar os efeitos deletérios de uma estrutura de produção capitalista desenvolvida e excludente”. (GOMES, 2006, p.203).

Como complementa o mesmo autor, a primeira sociedade a ter o modelo de Estado aproximado ao Welfare State, foi a Alemanha. Outro país que pode ser citado é o Estados Unidos, que após a crise de 1929 teve que tomar decisões políticas para superar essa grande crise na história. As principais medidas tomadas foram a “criação de um sistema de seguridade social, com benefícios para os trabalhadores em termos de aposentadorias; criação de um sistema de seguro-desemprego; e fornecimento de auxílio financeiro às famílias menos abastadas e com filhos em idade de dependência” (GOMES, 2006, p. 206). Segundo Mishra (1996), houve modelos distintos no processo de desenvolvimento do Welfare State. (MISHRA, 1996 apud GOMES, 2006). Gomes (2006) fala que no primeiro modelo o Estado proporcionou benefícios limitados, voltados aos indivíduos e famílias de renda baixa. No segundo modelo, o Welfare State possibilita o fornecimento de serviços universais baseado na idéia de solidariedade e cidadania. Como aponta Mishra (1996), pode-se ter como exemplos desse modelo os seguintes países: Suécia e Dinamarca. (MISHRA, 1996 apud GOMES, 2006). A Alemanha, conforme traz Gomes (2006), está inserida na terceira modalidade do Welfare State, pois obteve características fortes de compromisso estatal. Nesse modelo o foco da preocupação é em relação à segurança do indivíduo e da família em prol da sua estabilidade, mas não visa à igualdade econômica e social entre os cidadãos.

poder crescente e excessivo dos sindicatos pressionando o Estado em relação aos salários e gastos sociais, afetando a lucratividade das empresas e a inflação (ANDERSON, 1995 apud BEHRING, 2009).

Logo o processo de busca dos indivíduos pelos seus direitos pode ser analisado a partir da instauração do Welfare State em países desenvolvidos e na tentativa de implantação desse Estado de Bem Estar Social no Brasil. As políticas sociais ganharam espaço na agenda estatal por meio de históricas lutas dos trabalhadores em busca de melhores condições de vida e de trabalho.

Segundo Medeiros (2001) o Welfare State é a mobilização do aparelho Estatal na sociedade capitalista com a finalidade de executar medidas ao bem-estar da população.

No entanto, as políticas sociais,

[...] por um lado, aumentam a capacidade de consumo das famílias dos trabalhadores e se traduzem em gastos do governo em habitação, transporte e saneamento, o que incentiva a expansão da demanda agregada e o desenvolvimento tecnológico, e, por outro, ao socializarem os custos referentes aos riscos do emprego industrial e à reprodução da força de trabalho, liberam reservas de capital privado para investimentos e garantem uma reserva de mão-de-obra em diversos níveis de qualificação. (MEDEIROS, 2001, p.7).

O que significa que o Welfare State funciona como um mecanismo de reação às demandas das políticas keynesianas no sistema capitalista, bem com um meio de regulação da política na sociedade.

Segundo Medeiros (2001) no Brasil, porém, diferentemente de outros países que se caracterizou pela conquista da luta dos trabalhadores, os fundamentos do Welfare State começam a ter espaço a partir de decisões autárquicas e com o caráter político de “[...] regular aspectos relativos à organização dos trabalhadores assalariados dos setores modernos da economia e da burocracia” (MEDEIROS, 2001, p.8). Nesse sentido, o referido autor explana que o Welfare State é usado como estratégia do governo para controle da organização política dos trabalhadores. Pois os capitalistas ao negociarem coletivamente os níveis salariais e as condições de trabalho proporcionam um processo de barganha. Esse processo submete o movimento dos trabalhadores ao Estado, que por sua vez insere em sua agenda pública um comprometimento com os acordos obtidos, o que limita e controla o

movimento dos trabalhadores por meio de concessões, exercendo controle político sobre o mesmo.

As políticas sociais constituem um instrumento importante à mercantilização da força de trabalho. Fatores relacionados à economia capitalista, como a busca por maior produtividade e controle do processo de produção pela introdução de tecnologias poupadoras de trabalho, instauram a destruição de formas de produção pré-capitalistas e o impacto de crises cíclicas. Para além da sua conceituação nessa discussão é importante ressaltar as atitudes que foram tomadas pelo Estado para lidar com as expressões da questão social. (OFFE; LENHARDT, 1990 apud Medeiros, 2001).

No cenário contemporâneo destaca-se, no entanto, a crise do Welfare State

[...] que reabre o problema da justiça social, redefine o papel do Estado e o sentido mesmo da responsabilidade pública; as novas clivagens e diferenciações produzidas pela reestruturação produtiva e que desafiam a agenda clássica de universalização dos direitos; o esgotamento do chamado modo fordista de regulação do mercado de trabalho e que, nas figuras atuais do desemprego e trabalho precário, indica uma redefinição do lugar do trabalho [...], na dinâmica societária, afetando sociabilidades, identidades, modos de existência e também formas de representação. (TELLES, 1996, p. 85).

Portanto, a estratégia neoliberal é acionada para o fortalecimento do Estado, com o objetivo de abalar a força dos sindicatos; instaurar um Estado com intervenção limitada em relação aos gastos sociais e regulamentações econômicas; estabilidade monetária; contenção orçamentária em relação aos gastos sociais; estímulo à formação de um exército de reserva para que haja regulação do mercado nos salários, garantindo às empresas maiores taxas de lucro e mais-valia; reforma fiscal em prol do mercado e desmonte dos direitos sociais conquistados. Além de reforçar as características de focalização, privatização e descentralização. Logo

[...] trata-se de desuniversalizar e assistencializar as ações, cortando os gastos sociais e contribuindo para o equilíbrio financeiro do setor público. Uma política social residual que soluciona apenas o que não pode ser enfrentado pela via do mercado, da comunidade e da família. (BEHRING, 2009, p. 11-12).

Como consequência da instauração do neoliberalismo a política social, com sua característica originária, é deixada de lado, refletindo na população o

crescimento da pobreza, do desemprego e da desigualdade social, havendo novamente uma grande concentração e acumulação de renda no âmbito mundial. No Brasil a dívida pública foi enorme em relação aos gastos sociais que foram muito menores. Logo, a democracia é afetada com a sobreposição do atendimento aos interesses do mercado (NETTO, 2006 apud BEHRING, 2009).

O sistema capitalista vigente, vinculado ao pensamento neoliberal, o qual influencia na ação do Estado em relação à sociedade, bem como provoca influências diretas às políticas sociais, visa à redução da intervenção estatal na área social. O que implica no estímulo a competitividade em relação ao trabalho para que haja maior produção, gerando a naturalização da miséria, a qual é tida como processo natural das sociedades e não como o fruto da distribuição desigual das riquezas socialmente produzidas. Defende o Estado mínimo, assumindo um papel neutro somente de legislador e árbitro, desenvolvendo ações complementares ao mercado, ou seja, atende as necessidades e interesses do capital.

Behring (2009) explica que segundo a perspectiva neoliberal, as políticas sociais proporcionam o ócio e o desperdício, o que desestimula as pessoas a trabalharem, gerando acomodação e acarretando riscos à sociedade de mercado. E nesse sentido não haverá trabalhadores que se submetam aos subempregos, necessários à produção nas grandes indústrias. Além do mais, segundo a mesma autora, essa perspectiva complementa que as políticas devem ser paliativas, o que significa que o Estado deve dar suporte somente àqueles que não possuem condições de competir no mercado, como as crianças, os idosos e os deficientes. Assegurando aos mesmos apenas a assistência mínima, enquanto as pessoas em situação de pobreza são assistidas pela caridade privada.

Contudo, na medida em que a economia foi crescendo, partindo do estágio inicial de economia primária, passando pela expansão do setor industrial e com a instauração e intensificação do capitalismo, o campo e a cidade foram também influenciados por essas mudanças. Houve agravamento da questão social e as classes sociais se tornam mais bem definidas, se afastando cada vez mais entre si por conta da desigualdade em crescimento, ou seja, desenvolveram-se as desigualdades sociais e os antagonismos, expressos pela migração, desemprego, subemprego, mortalidade infantil entre outras situações.

Atualmente o caráter da política social no Brasil é conseqüência de sua construção histórica, focalizadas e residuais, inseridas numa sociedade capitalista,

que visa o lucro acima de tudo, até mesmo do bem estar comum, em busca de interesses individuais.

Pode-se destacar algumas tendências indicadas por Netto (2006) no âmbito das políticas sociais, que são a desresponsabilização do Estado juntamente com o setor público em relação à política social; fundos reduzidos por parte do Estado e do setor público voltados às políticas sociais, deixando a cargo da sociedade civil e família a ação assistencial com intensa participação do terceiro setor; proteção social aos segmentos populacionais em maior situação de pobreza e uma política voltada à pobreza numa dimensão emergencial, focalizada e assistencial. (NETTO, 2006 apud BEHRING, 2009).

Diante disso pode se afirmar que a questão social se intensifica juntamente com o desenvolvimento da sociedade capitalista. Ianni (1991) explana que há várias perspectivas acerca da questão social, o que depende do ângulo em que a mesma é visualizada, ressaltando que o jogo de interesses colabora muito ou totalmente nesta construção da maneira de olhar. O autor define que uns tratam a questão social como

[...] algo disfuncional, anacrônico, retrasado, em face do que é a modernização alcançada em outras esferas da sociedade, como na economia e organização do poder estatal. Falam de arcaico e moderno, dualismos, dois 'brasis'. Outros encaram as suas manifestações como ameaça à ordem social vigente, à harmonia entre o capital e o trabalho, à paz social. Falam em multidão, violência, caos, subversão. E há os que a focalizam como produto e condição da sociedade de mercado, da ordem social burguesa. Falam em desigualdades, antagonismos e lutas sociais. (IANNI, 1991, p.2).

No Brasil a discussão a respeito da questão social é recente, porém a mesma existe desde o período da escravidão, "o escravo era expropriado no produto do seu trabalho e na sua pessoa e sequer podia dispor de si. [...] Não se abria qualquer possibilidade de negociação. A questão social estava posta de modo aberto, transparente" (IANNI, 1991, p. 3).

Com a abolição da escravatura a estrutura da sociedade foi modificada, os antagonismos sociais impulsionaram mudanças, discussões e negociações. Começam a surgir movimentos dos trabalhadores na cidade, no campo, agora livres, em busca por melhores condições de trabalho. Com isso os grupos sociais

dominantes e do governo se tornam pressionados pela população a reconhecer a questão social por meio da elaboração de direitos, porém os mesmos não consentem os direitos exigidos, mas os negociam. Como aponta Ianni (1991), logo em meados da década de 20 e 30, a questão social deixa de ser tratada como caso de polícia, com repressão, e passa a ser problematizada como caso de política. No entanto a repressão não foi totalmente suprimida, pois na época do populismo e militarismo, após a década de 30, muitas situações continuaram sendo tratadas como problemas de polícia.

Na nova república a questão social permanece sendo um desafio, “os diagnósticos realizados indicam a gravidade da situação social brasileira herdada de muitos anos e décadas. Remetem a raízes que implicam o militarismo e o populismo. Enquanto a economia cresce e o poder estatal se fortalece, a massa dos trabalhadores padece” (IANNI, 1991, p.3).

Ao longo dos anos 30 e 50 o poder público investe intensamente na expansão e diversificação da economia, em prol do desenvolvimento industrial. Nos anos 40 e 80 são intensificadas as mesmas características desenvolvimentistas com o objetivo de expansão da economia. Neste processo de exaltação da economia, a riqueza socialmente produzida mediante o trabalho, estava sendo e ainda é desigualmente dividida, agravando a desigualdade social.

A sociedade brasileira se constitui de uma forma dualista, característica clássica do sistema capitalista, ou seja, de um lado há grupos sociais que possuem grandes riquezas acumuladas, de outro, pessoas vivendo em extrema pobreza. Portanto a riqueza socialmente produzida no Brasil está dividida de forma desigual. Ao colocarmos essa riqueza numa balança podemos observar que um lado permanece há muito tempo acima, e o outro sem grandes possibilidades de mobilidade, inferiormente abaixo. Na balança brasileira a desigualdade social é claramente visível, sem precisar de pesquisas aprofundadas, basta visitar o sul e o nordeste do país para visualizar a dualidade existente. Regiões que não são separadas apenas pela geografia, mas pelas desigualdades sociais. A economia ao crescer, desenvolve de forma desproporcional ao desenvolvimento social. A reprodução do capital produz de forma direta o reflexo na situação social dos trabalhadores e da população em geral.

A busca pela modernização e a sensação de sua obtenção, esconde as más condições de vida dos trabalhadores e dos segmentos da sociedade, o que não

afeta os detentores dos meios de produção, mas os beneficia, pois buscam a lucratividade utilizando como instrumentos a exploração e a injustiça.

Ianni (1991) explica que há casos em que se “tende a transformar as manifestações da questão social em problemas de violência, caos. Daí a resposta óbvia: segurança e repressão”. (IANNI, 1991, p. 7). Essas explicações são utilizadas pelos setores policiais e militares da sociedade. O autor referido complementa dizendo que “essas explicações, no entanto, não andam sempre separadas. Podem combinar-se. Muitas vezes, o assistencialismo, a previdência, as medidas de segurança e a repressão operam em conjunto” (IANNI, 1991, p.7), por conta de interesses dominantes que utilizam de técnicas sociais para lidar com a questão social, mas não para resolvê-la, mas amenizá-la.

Telles (1996) define a questão social como o fruto das sociedades modernas, que surge de interesses distintos que se dão entre a lógica do mercado e a dinâmica societária, entre as exigências de direitos e as estratégias para a eficácia da economia, entre a ordem legal que prevê igualdade e a realidade das desigualdades sociais que advêm das relações de poder e dominação, as quais constituem o sistema capitalista.

Os setores dominantes juntamente com o governo adotam medidas para garantir o controle das forças sociais priorizando políticas de crescimento, desenvolvimento e modernização. Para a instauração dessas políticas é necessário que haja o aparato da massa de trabalhadores que por falta de opção (baixa escolaridade ou inexistência de ensino superior) se submetem a atender as exigências do “traíçoeiro” e bem pensado mundo do trabalho. Logo, buscam reformas e não transformações, isto é, tomam medidas para que os grupos e classes sociais estejam sob controle e não ameacem a paz ou a ordem social.

As classes sociais dominantes da sociedade brasileira criminalizam grupos e classes subalternas, além do mais, difundem essas idéias ao todo da sociedade com explicações ditas científicas, para que haja legitimação das mesmas. Nesse sentido, de forma consciente ou não, os indivíduos reproduzem a idéia e medidas que garantem e reforçam os interesses e objetivos dominantes. Contudo no Brasil um lado vibra pelo seu crescimento econômico, o outro perece em sua desigualdade social. O que

talvez possa dizer que esse desencontro entre a sociedade e a economia seja um dos segredos da prosperidade dos negócios. As expansões do capital beneficiam-se das condições adversas sob as quais os trabalhadores são obrigados a produzir, no campo e na cidade (IANNI, 1991, p.10).

Diante das expressões da questão social e das reivindicações dos grupos sociais afetados pelas mesmas, Ianni (1991) explica que intelectuais, políticos e membros de governo começam a reconhecer a conveniência de equacionar a questão social.

A origem da questão social de acordo com Iamamoto (2004) se dá no

[...] processo de acumulação ou a reprodução ampliada do capital realiza-se historicamente sob um duplo movimento. Quando a composição do capital mantém-se inalterada, o aumento do capital revela-se como ampliação tanto da classe capitalista – mais capitalista e mais poderosos que competem entre si – quanto dos trabalhadores assalariados, alargando o poder de mando do capital sobre o trabalho. Entretanto com o progresso da acumulação, o aumento da produtividade torna-se um de seus produtos e sua alavanca mais poderosa, operando-se uma mudança na composição técnica e de valor do capital. Reduz proporcionalmente o emprego de força viva de trabalho ante o emprego de meios de produção mais eficientes, impulsionando o aumento da produtividade do trabalho social. (IAMAMOTO, 2004, p.14).

A mesma autora complementa que com o crescimento da força de trabalho disponível, impulsionada pelo fortalecimento e expansão do capital, o contingente da população cresce mais rápido que a necessidade de sua utilização para a finalidade de valorização do capital. Sendo assim é gerado um exército de reserva de trabalhadores, resultando numa “acumulação da miséria relativa à acumulação do capital, encontrando-se aí a raiz da produção/reprodução da questão social na sociedade capitalista”. (IAMAMOTO, 2004, p.) Ou seja, a pobreza não advém apenas da má distribuição de renda, mas relacionada principalmente à produção na sociedade capitalista.

Doria (1922) compartilha com o ponto de vista de que o trabalho é o centro da questão social. A ação reflexiva no trabalho é ação exclusiva do ser humano, o qual trabalha para suprir suas necessidades, como por exemplo, de alimentação, moradia e lazer. Para isso é necessário que o indivíduo tenha oportunidades iguais de

educação e aperfeiçoamento profissional, acessíveis e de qualidade, para que obtenha a oportunidade de emancipação humana, ou seja, usufruir de sua cidadania de forma igualitária (DORIA, 1922 apud IANNI, 1991).

Diante da problemática social, na tentativa de explicar e lidar com a questão social, muitas vezes a mesma é naturalizada, sendo tratada como caso de “assistência social”, com ações curativas, assistencialista, desiguais e limitadas. Este é o caráter que foi dado historicamente às políticas sociais e de modo especial, para o contexto desse trabalho, a política de Educação e de Assistência Social no Brasil, as quais serão sinteticamente abordadas a seguir, no sentido de compreender a então instituição da modalidade de ações socioeducativas, presentes nos mais diferentes contextos de atuação do Serviço Social na atualidade.

1.2. POLÍTICA DE EDUCAÇÃO E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: LÓCUS DAS AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS

As ações socioeducativas estão inseridas em duas políticas setoriais: na assistência social, responsável pela oferta de serviços e pela proteção social; e na educação, responsável pela oportunidade de acessar o conhecimento histórico e socialmente produzido. Essas ações trazem o compromisso político com a equidade social, com a qualidade, com a gestão compartilhada e democrática e com a participação da sociedade organizada e seus diferentes segmentos, princípios os quais estão previstos na política educacional. Desta forma cada instância da sociedade deve assumir o seu papel e sua responsabilidade.

As políticas de educação e assistência social são influenciadas pela dinâmica da sociedade capitalista a qual busca o desenvolvimento econômico por meio da exploração e precarização do trabalho/trabalhador. A lógica capitalista visa alcançar interesses das classes dominantes e de setores do governo mesmo que seja necessário usar a população como escada à sua ascensão (AZEVEDO, 2004).

De acordo com o mesmo autor o Estado por sua vez atende os diferentes interesses dos grupos sociais para garantir sua legitimação. Diante disso a elaboração e execução das políticas na sociedade são contraditórias, pois mesmo que com o entendimento do Estado sobre o reflexo da sociedade capitalista à

população, as políticas possuem caráter assistencialista, não oportunizando a emancipação humana, mas o atendimento de demandas imediatas. Essa forma de atendimento é necessária, mas isolada colabora na produção e reprodução de injustiças sociais.

Portanto, as políticas de educação e a de assistência social também não fogem à lógica do capital. No caso da política da educação, mesmo estando previsto na LDB (Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional - lei nº 9.394) a universalidade e gratuidade no acesso à educação, a mesma legislação permite a inserção da educação privada. Com a permissão e o amplo reconhecimento da educação privada, os princípios democráticos da universalidade e gratuidade previstos pela mesma ficam comprometidos.

Tomando como referência a história da política educacional brasileira, podemos perceber que esta foi sendo produzida a partir de dois grandes objetivos: usar a educação para atender as demandas do mundo do trabalho, e utilizá-la como uma mercadoria tanto na área da Educação Básica quanto do Ensino Superior. Assim, como aponta Azevedo (2004), a questão educacional no Brasil emergiu na estruturação do Estado-Nação, como em outros países com suas respectivas realidades, porém com particularidades inseridas no contexto de emancipação política.

Segundo Azevedo (2004), desde a década de vinte do século passado (período em que inicia-se o movimento por escola pública – enquanto responsabilidade direta do Estado) a educação foi balizada no contexto do pensamento liberal, onde havia a garantia da educação gratuita a todos, porém com o objetivo de qualificar futuros trabalhadores para servirem à ordem vigente da sociedade da época e não para estender a cidadania a todos.

Neste contexto, como esclarece Freitag (2005), ocorreram duas formas de proporcionar a educação, uma delas aos ricos, a elite, e a outra aos pobres, o povo. A educação aos ricos era dada com o objetivo de fortalecer o senhorio, a autoridade, o poder sob os pobres, a qual capacitava para ocupar cargos públicos na burocracia e atividades liberais. Tanto em instituições públicas como as privadas. Já a educação à população livre e pobre era para reafirmar a condição de servidão, de trabalhador de cargos inferiores. O que representa uma dicotomização da escola, com o intuito de não proporcionar mobilidade social. Porém as poucas vagas

destinadas aos pobres eram ocupadas pelas classes médias emergentes⁶.

De acordo com Freitag (2005) a Constituição de 1946 expressa a necessidade da elaboração de novas leis e diretrizes para o ensino no país, para substituir as ultrapassadas, instauradas no Governo Vargas⁷. A função da escola ao Estado Novo deveria ser modificada.

No entanto o interesse da burguesia nacional era de cooptar a classe operária, com um projeto de lei que visava à extinção da escola pública, para não lhes proporcionar ascensão, mas pelo contrário excluí-la dessa possibilidade, pois os filhos de operários e camponeses não teriam condições financeiras de manter seus filhos em escolas pagas. O que mostra uma proposta extremamente excludente. Pois como mostra Freitag (2005), o projeto de lei não visava o total afastamento do Estado em relação à educação. O mesmo previa o subsídio do Estado para financiar a rede particular, no entanto não lhe dava direito de fiscalização da rede escolar particular, pois alegava-se a liberdade de ensino, ficando o ato de fiscalizar a cargo dos professores e diretores de cada escola. Houve manifestações expressivas por parte dos educadores que tinham como objetivo alertar a população das implicações da aprovação desta lei na Câmara, lutando a favor da escola pública.

⁶ No período da Primeira República este modelo de educação não foi modificado de forma significativa, pois não havia interesse da elite para tal mudança. Neste período mesmo com as pressões internacionais para a instauração do trabalho livre no Brasil, a educação ao povo continuava para o adestramento ao trabalho e desta forma diminuiu o índice de “problemas sociais” e aumentou as rendas do Estado. A problematização da educação ocorreu pós-guerra mundial, onde surgiram movimentos principalmente por parte da classe média em prol de melhorias nessa área para e acesso de todos. Em 1924 é criada a Associação Brasileira de Educação (ABE), proporcionando reconhecimento social dos profissionais da área. Profissionais de diversas áreas se reuniam para debater sobre questões da educação para a busca de uma reforma moral e cívica da sociedade. Entre os militantes havia os que eram a favor do projeto liberal e outros a favor do projeto autoritário vinculado a idéia da ditadura. A religião se manifesta com força em relação à educação, por conta de interesses privatistas. Somente vai ter início uma nova fase na educação com a criação do ministério da Educação e Saúde, em 1931 (FREITAG, 2005).

⁷ Para mediar interesses, o Estado mais uma vez aparece para esse papel. Assim como a configuração do poder na reorganização da economia nacional, a legislação educacional brasileira também passa por um período de transitoriedade, pois não foi produzida uma nova lei. Houve a criação do primeiro Projeto de lei da LDB em 1948, o qual foi encaminhado à Câmara pelo vigente ministro da Educação, Clemente Mariani. Porém, o texto definitivo da LDB foi sancionado apenas em 1961. O projeto busca atender algumas necessidades das classes subalternas mediante algumas concessões feitas às classes camponesas e operárias, pois os primeiros eram ainda a fração hegemônica. Esse projeto foi bastante progressista para a época, mas apenas retomado em 1957. Outro projeto de lei é lançado à Câmara, pelo deputado Carlos Lacerda. O diferencial deste projeto em relação ao outro é que esse consiste em reduzir ao máximo o controle da sociedade política em relação à escola, fazendo da mesma uma instituição privada a cargo da sociedade civil. Neste sentido acarretaria exclusivamente aos pais escolherem o tipo de educação dada aos seus filhos, os proporcionando liberdade para tal, sendo que todas as escolas seriam particulares (FREITAG, 2005).

Nas décadas subseqüentes a classe hegemônica vai se sentindo cada vez mais ameaçada pelas manifestações e reivindicações da população. As classes subalternas efetuam manifestações em prol do maior acesso ao sistema educacional, principalmente no ensino superior e contra mecanismos de controle como o de seletividade. Já o setor econômico reivindica do sistema educacional a disponibilização de força de trabalho qualificada para o aumento da produtividade das empresas, exigindo do Estado e dos indivíduos que assumam os custos dessa qualificação e não a empresa. Revelando um sistema educacional que atende os interesses das classes dominantes e apenas concessões às classes subalternas.

Como pode ser visto no texto de Freitag (2005), na década de 60 a política educacional será usada para o controle social e político. A educação continua a serviço dos interesses econômicos, o que exigiu a sua reformulação. O objetivo do governo, em 1964, seria restabelecer a ordem social entre estudantes, operários e militares. A nova legislação visava o controle e disciplina sobre os estudantes e operários.

Portanto os princípios que regem a educação são contraditórios, possuem brechas, que intencionais ou não, são utilizadas pela classe dominante para legitimar seus interesses, prejudicando conseqüentemente as classes mais baixas.

Estudos contidos no livro de Freitag (2005) revelam que na década de 60 analisando a inserção e permanência da classe baixa, classe média e classe alta em todos os níveis de ensino comprovaram que a permanência dos estudantes em situação de pobreza se escasseava conforme o aumento do nível de escolarização. Quanto à classe média, a sua permanência aumentava, e a classe alta o percentual se mostrou constante.

Ainda segundo Freitag (2005) os três níveis de ensino preparam os indivíduos para hierarquias profissionais dentro da sociedade, pois cargos de dirigentes demandam ensino superior, mas trabalhos rudimentares não são necessariamente grandes formações ou até mesmo são desnecessárias. Logo os filhos da classe alta e média são os que irão ocupar os cargos da elite, já os filhos da classe baixa ocuparão trabalhos pesados e de rotina, pois exigem pouca qualificação. Dessa forma a LDB (lei nº 5.692 de 1971), já reproduzia e reforçava a imobilidade social, bem como perpétua as relações de trabalho, isto é, a divisão entre o trabalho manual e o trabalho intelectual.

A conseqüência é paradoxal, as pessoas das classes baixas precisam

trabalhar para seu sustento e pagar um curso geralmente noturno, pois de dia trabalham. Portanto os que entram nas universidades públicas na grande maioria são pessoas da classe média e alta. O que significa que o nível superior não é uma livre opção, mas uma imposição à condição de classe de cada indivíduo. Nesta lógica da política educacional, as pessoas de classes baixas não possuem as mesmas oportunidades que pessoas de classes altas, pois as possibilidades disponibilizadas no caminho de acesso aos estudos não são as mesmas, o que demonstra que a lei omite a realidade social, é seletiva e elitista, o contrário da igualdade preconizada pela LDB. Conforme aponta Freitag (2005), na década de 90 o Brasil foi fortemente influenciado pela nova ordem econômica mundial aderindo à abertura econômica e às privatizações. Além do mais houve reformas em relação à LDB, em 1996, no governo de Fernando Henrique Cardoso. A LDB repleta de contradições reflete a presença do ideário neoliberal e a partir dessa década a educação se torna mais um meio de lucratividade do mercado mediante o crescimento intensivo do ensino privado.

Neste contexto o neoliberalismo respaldado pelo Estado passa a disseminar a idéia de que o ensino privado possui maior qualidade que o ensino público, apoiado na falta de investimento do Estado na educação gratuita, ocasionando a precarização da educação em sua estrutura física e de ensino, para reafirmar tal ideologia.

A última forma da LDB (lei 9.394) foi instituída em 20 de dezembro de 1996. A mesma abrange princípios constitucionais, como em relação ao dever da família e do Estado de provê-la. Presa pelo desenvolvimento do educando e seu preparo para o exercício da cidadania e por sua qualificação profissional. Esta fundamentada em princípios que visam à igualdade de acesso e permanência; liberdade; pluralismo de idéias; tolerância; coexistência entre o público e o privado; gratuidade do ensino público; valorização profissional; gestão democrática; qualidade de estrutura ao ensino e valorização extra-escolar, vinculação entre a educação escolar, trabalho e práticas sociais.

O artigo nº 4 da LDB (lei nº 9.394) especifica o dever do Estado nos níveis de ensino:

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria; II – universalização do ensino médio gratuito; III – atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino; IV – atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade; V – acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um; VI – oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando; VII – oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola; VIII – atendimento ao educando, no ensino fundamental público, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde; IX – padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem; X – vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar quatro anos de idade. (LDB, 1996).

Sabe-se que de forma geral muitos desses direitos não são efetivados, e àqueles que são efetivados, muitas vezes não são de acesso a todos. O número de creches existentes não é suficiente para atender a população, os programas suplementares são precários e, nas escolas não há estrutura física adequada para disponibilizar vagas suficientes a todas as crianças e os adolescentes das proximidades.

A LDB preza pela gestão democrática que deve ser construída com a participação dos usuários e suas famílias, dos docentes, da comunidade e dos profissionais da escola. As propostas pedagógicas devem ser discutidas abertamente ao público, pois desta forma atenderá as reais necessidades dos usuários. Contudo a LDB é reflexo das contradições e conflitos que permeiam a sociedade brasileira, possui elementos populistas, mas não deixa de lado seu caráter elitista.

A Constituição Federal de 1988, em seu art. nº 205 prevê que a educação é

[...] direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

A lei dispõe de igualdade de acesso, de ensino gratuito e de qualidade. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) reafirma no artigo nº 53, e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no artigo nº 2, os deveres da família e Estado acima citados.

Assim, uma das alternativas encontradas, no caso brasileiro, em responder ao que então vem sendo uma pressão social – direito de acesso a educação pública de qualidade, e ao que preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente que traz em seu artigo nº 34 que deve ser estabelecido progressivamente na escola pública o período integral (situação que é inexistente na maioria das escolas públicas), foram criadas as ações socioeducativas, efetuadas tanto pela iniciativa governamental, quanto na instância não governamental com a participação de igrejas, voluntários, empresas privadas entre outras instituições.

As ações socioeducativas desenvolvidas na modalidade de Programas e Projetos governamentais e não governamentais, funcionam como ações complementares ao ensino formal, por conta da falta do período integral nas escolas. As mesmas, no entanto, além de se fundamentarem na política educacional estão pautadas na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) no âmbito de Proteção Social Básica (PSB).

A PNAS preconiza serviços de atenção integral à família, de geração de emprego e renda, aos idosos e em relação às crianças e aos adolescentes. Sendo que os últimos num desdobramento do ECA, nas disposições relacionadas com o direito à Convivência Familiar e Comunitária, é preconizado que a mesma deve ser garantida a todas as crianças e adolescentes. Pois como traz o referido documento, em seu art.4º

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (ECA, 1990).

Expresso também na PNAS, que aborda que

[...] a proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco através do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos - relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras). (PNAS, 2004).

Toda a criança e adolescente, de acordo com a Constituição Federal, em seu artigo nº227, possuem o aparato legal de prioridade absoluta. Deve ser garantido pela família, Estado e sociedade

[...] o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

O Estatuto da Criança e do Adolescente afirma esses direitos no artigo 4º. E o artigo nº 226 da Constituição Federal prevê a proteção especial⁸ do Estado em relação à família. Isso significa que o Estado deve possibilitar à família condições de cumprir o dever de proteção integral de suas crianças e adolescentes, mediante o acesso à rede de serviços públicos de qualidade, inclusive contemplando serviços sociais de prevenções a riscos sociais.

O artigo nº 3 do ECA (1990) explica de maneira geral esta forma integral de proteção:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. (ECA, 1990).

Portanto, a proteção integral da criança e do adolescente é a defesa ampla e

⁸ A Proteção Social Especial (PSE), de acordo com a MDS “destina-se a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, cujos direitos tenham sido violados ou ameaçados. Para integrar as ações da Proteção Especial, é necessário que o cidadão esteja enfrentando situações de violações de direitos por ocorrência de violência física ou psicológica, abuso ou exploração sexual; abandono, rompimento ou fragilização de vínculos ou afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medidas” (informações retiradas do site contido nas referências deste trabalho).

irrestrita de seus direitos, por serem consideradas pessoas em desenvolvimento. E segundo a Política Nacional de Assistência Social (2004) a proteção social implica na garantia de inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade na Rede de Proteção viabilizada pelo poder público classificada, assim, como básica e especial.

A Proteção Social Básica, conforme o que apregoa a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) é destinada à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação ou ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos e/ou fragilização de vínculos afetivos, relacionais e de pertencimento social, como discriminações etárias, étnicas, de gênero ou deficiências. Esta forma de Proteção é disponibilizada por meio dos municípios nos Centros de Referência de Assistência Social⁹ (CRAS). A mesma está inserida no Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Segundo a Política de Assistência Social está previsto a disponibilização de serviços, programas e projetos que proporcionem convivência e socialização de famílias e indivíduos às pessoas que dela necessitarem, ou seja, que vivem em situação de vulnerabilidade.

Os serviços preconizados pela PSB devem ser articulados com as políticas públicas locais, para desta forma contribuírem para a superação da situação de vulnerabilidade, prevenir situações de risco e obter os devidos encaminhamentos aos serviços públicos de atendimento. De forma direta os serviços de Proteção Social Básica podem ser acessados mediante os Centros de Referência de Assistência Social, os quais são localizados em áreas de vulnerabilidade social, e em entidades públicas de Assistência Social. O CRAS no seu atendimento deve levar em consideração os diferentes arranjos familiares, superando a idéia de um modelo único de família, para que a prestação de serviços responda às necessidades específicas e reais das famílias atendidas. Entretanto as famílias em seus diferentes arranjos possuem o dever de “prover a proteção e a socialização dos seus membros; constituir-se como referências morais, de vínculos afetivos e sociais;

⁹ Cada família possui sua singularidade, as famílias podem ou não ter condições de realizar suas funções necessárias previstas nas legislações. A equipe do CRAS deve disponibilizar todas as informações e encaminhamentos necessários às políticas sociais e públicas de acordo com as demandas detectadas de cada família. Logo, para que a família em situação de vulnerabilidade venha a cumprir suas funções é necessário que o Estado proporcione condições para tal, preservando e/ou estimulando à autonomia dos indivíduos que a compõem, não permitindo que haja violação de seus direitos (PNAS, 2004).

de identidade grupal, além de ser mediadora das relações dos seus membros com outras instituições sociais e com o Estado” (PNAS, 2004).

Todavia, deve ser ressaltado que os esforços do Estado no âmbito da Política Nacional de Assistência Social devem estar voltados, não apenas à superação da violação dos direitos, mas à prevenção das formas de violação dos mesmos. Para isso é necessário que as famílias e indivíduos acessem serviços de qualidade, evitando que novas gerações vivenciem situações de vulnerabilidade. As diversas formas de relação vivenciadas no âmbito familiar e comunitário, podem ser nomeadas a partir da rede social de apoio. Esta é importante para a inclusão social da família e para que a criança e o adolescente tenham seus direitos protegidos, defendidos e garantidos.

As ações socioeducativas, têm um papel fundamental de contribuição na proteção integral da infância, adolescência e juventude, pois como política pública de Proteção Social Básica, o seu público é composto por cidadãos desprotegidos que usufruem precariamente dos serviços básicos (educação, saúde, lazer etc.). Estas ações são indispensáveis para que os mesmos acessem seus direitos previstos na constituição e nas leis voltadas à proteção social. A situação de estarem desprotegidos advém, por exemplo, da exclusão proporcionada pela via do trabalho, ou por perderem vínculos familiares que asseguram pertencimento, desencadeando na situação de vulnerabilidade social.

A vulnerabilidade social advém da desproteção do Estado por conta da falta de cumprimento dos direitos previstos em lei. Isso ocorre pela inserção da política neoliberal nos países capitalistas, como já foi anteriormente explanado. Desta forma são reduzidos os acessos aos benefícios sociais e serviços públicos. Juntamente com o processo de globalização resulta-se em transformações no mundo do trabalho, que por sua vez afetam as condições de trabalho, de salário e condições de vida da população.

No artigo nº 34 da LDB (1996) é previsto que o ensino fundamental e infantil deve caminhar progressivamente ao período integral. Porém a lógica vigente da educação não proporciona estrutura para tal. Para que o período integral seja instaurado nas escolas, é necessário maiores investimento na educação por meio de aumento do número de escolas; no quadro de profissionais com melhor valorização salarial; maior estrutura física e de qualidade. Enfim, o Estado deve proporcionar o aparato suficiente para acesso e permanência das crianças e dos adolescentes na

escola, atendendo as necessidades dos mesmos e de todos envolvidos com a escola, profissionais, comunidades e famílias.

Por conta do não cumprimento de um princípio educacional, previsto na política educacional brasileira, uma das alternativas encontradas para ampliação do acesso a um período escolar integral para crianças e adolescentes foi à instituição de ações socioeducativas em projetos e programas articuladas com a política de assistência social. Que atendendo, porém, de forma seletiva (logo não universal), apenas às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social com o intuito de proporcionar proteção social aos mesmos e às suas famílias.

A política neoliberal que se fundamenta na diminuição de gastos sociais, precarizando o serviço público, torna o Estado mínimo para o cidadão e máximo ao capital, com políticas seletistas, isto é, não universais. Resultando na inversão do papel de proteção social inerente ao Estado para o assistencialismo.

As crianças e adolescentes em situação de pobreza estão inseridos numa realidade que é marcada pela desigualdade social. A sociedade brasileira é considerada uma das mais desiguais do mundo. No Brasil as ações socioeducativas têm apenas um caráter complementar e compõem o conjunto de políticas que buscam “amenizar” a situação de vulnerabilidade vivenciada por muitos.

As ações socioeducativas que têm o objetivo de complementaridade ao ensino formal de aprendizagem, prevêm o lazer, o acesso à cultura, o reforço escolar, ou seja, atividades extras e complementares ao ensino formal. Mas nem sempre são efetuadas no mesmo espaço da escola e na maioria das vezes em programas e projetos que funcionam de forma separada da política regular de educação, vinculando-se na maioria das vezes à política pública de assistência social. E, estão pautadas nas legislações de forma geral: na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente. E de forma específica nas Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. As mesmas preconizam o acesso igualitário, gratuito e de qualidade à educação.

Portanto as ações socioeducativas estando vinculadas à Política de Assistência Social, no âmbito da atenção básica e de baixa complexidade, conseqüentemente ligada à Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a qual é de usufruto daqueles que dela necessitarem, demonstra o acesso limitado das mesmas.

A seguir será explanado acerca do Projeto Sócioeducativo Criança Fazendo

Arte, de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Florianópolis, vinculado à Política de Assistência Social. O Projeto em questão foi o campo de estágio em Serviço Social nos anos de 2010 e 2011, como contexto da pesquisa realizada.

2. CONSTRUINDO O PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO

2.1. PROJETO SOCIOEDUCATIVO CRIANÇA FAZENDO ARTE

O Projeto Socioeducativo Criança Fazendo Arte foi inscrito no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA) em 06 de setembro de 2006, inserido no Programa Centro de Educação Complementar e denominado Programa Fazendo Arte¹⁰. É desenvolvido pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Florianópolis – SC. A partir de 15 de setembro de 2010 foi inserido no Programa Criança Ativa¹¹, inscrito sobre o nº028/2010, conforme estabelece o artigo 91, inciso 1º do Estatuto da Criança e do Adolescente, o qual prevê a obrigatoriedade da inscrição de programas e projetos no CMDCA:

As entidades governamentais e não governamentais deverão proceder à inscrição de seus programas, especificando os regimes de atendimento, na forma definida neste artigo, no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o qual manterá registro das inscrições e de suas alterações, do que fará comunicação ao Conselho Tutelar e à autoridade judiciária. (ECA, 1990)

O PCFA fica localizado no mesmo local¹² onde foram desenvolvidos outros programas de atendimentos às crianças e aos adolescentes. A primeira instituição instaurada no local foi o Abrigo de Menores/Educandário 25 de Novembro¹³, inaugurada no ano de 1940, sob a administração dos Irmãos Maristas sendo subordinada ao Juizado de Menores. O programa imediatamente anterior ao

¹⁰ O Projeto Sócio Educativo Criança Fazendo Arte foi inscrito no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente denominado de Programa Fazendo Arte. No entanto a sua forma comum de denominação é Projeto Criança Fazendo, inclusive em documentos internos ao Programa. Desta forma por questão de identidade, no decorrer deste trabalho é da forma comum que o mesmo será referido: Projeto Criança Fazendo Arte (PCFA).

¹¹ Programa da Secretaria Municipal de Assistência Social.

¹² Rua Rui Barbosa, nº677, bairro Agrônomo, na cidade de Florianópolis, no estado de Santa Catarina.

¹³ O Educandário 25 de Novembro foi fechado em 1980 por conta de um incêndio que segundo Machado (2009) foi comprovado pela perícia como sendo intencional. Pequenas partes da estrutura física permaneceram igual à estrutura original, as outras foram demolidas. Parte do terreno foi cedido pela Prefeitura a empresas privadas e o restante continua como patrimônio da Prefeitura Municipal. O espaço que funciona o PCFA está inserido no denominado Complexo Cidade da Criança, onde também estão inseridas outros programas da Prefeitura.

funcionamento do Projeto, chamava-se Programa Florir Floripa e também era vinculado a Prefeitura Municipal de Florianópolis. Com o início da gestão municipal de Dário Berger o nome do Programa foi modificado para Projeto Socioeducativo Criança Fazendo Arte. Este faz parte da Rede Integrada de Ações Sócioeducativas (RIAS), organizados enquanto Centro de Educação Complementar – CEC, vinculados a estrutura organizacional da SEMAS (Secretaria Municipal de Assistência Social)¹⁴, que a partir do ano de 2011 estão sobre a coordenação geral de Diléia Pereira Bez Fontana. Dessa forma, os recursos que mantém o programa advêm do Fundo Municipal de Assistência Social. E com o registro no CMCD, os programas/projetos têm a possibilidade de contar com recursos do Fundo da Infância e Adolescência¹⁵ (FIA).

As ações desenvolvidas pelos CEC's são realizadas em parceria com a Secretaria Municipal de Educação (SME) a qual concede professores, realiza supervisão e orientação pedagógica e formação continuada, sendo também responsável pela alimentação supervisionada por nutricionistas.

A SEMAS realiza a coordenação geral, tem sob sua responsabilidade os demais profissionais, bem como é responsável pela manutenção dos espaços físicos e materiais necessários para o desenvolvimento das atividades das entidades. Os CEC's contam ainda com a prestação de serviços da AFVLOV (Associação Florianopolitana de Voluntárias), que é responsável pelo pagamento de alguns profissionais.

Dado a especificidade do público (em situação de vulnerabilidade social) a que se direciona as atividades dos CEC's, este tem parceria com o programa Sentinela¹⁶, Conselhos Tutelares e ainda outras entidades governamentais e não-governamentais.

O Projeto Criança Fazendo Arte está situado no âmbito da Proteção Básica, o que significa, segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

¹⁴ A Secretaria Municipal de Assistência Social tem como missão implementar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), promovendo serviços de Proteção Básica e Proteção Social Especial aos cidadãos que dela necessitarem (informações retiradas do site contido nas referências deste trabalho).

¹⁵ O Fundo da Infância e Adolescência (FIA), autorizado pela Lei Federal 8.242/91, é gerido pelos Conselhos de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cedcas). Existentes nas instâncias federal, distrital, estadual e municipal, foram criados para captar recursos destinados ao atendimento de políticas, programas e ações voltadas para a proteção de crianças e adolescentes.

¹⁶ O Programa Sentinela é subordinado à Prefeitura Municipal e composto por um conjunto de ações de assistência social, destinado ao atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual.

(MDS), a prevenção de situações de risco, por intermédio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários são os objetivos da Proteção Social Básica (PSB), bem como do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Esse nível de proteção, como já foi explanado, é destinado à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e/ou fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras).

Em documentos do PCFA constam as informações de que o objetivo geral do CEC é promover ações socioeducativas, às crianças e aos adolescentes em situação de vulnerabilidade social, que contribuam no desenvolvimento e à valorização de suas potencialidades. O serviço do CEC é destinado ao atendimento socioeducativo às crianças e aos adolescentes de seis (06) a quinze (15) anos. Tem como foco a constituição de um espaço de convivência, aprendizagem, formação para participação, construção de cidadania e valorização do vínculo familiar e comunitário, colaborando de forma complementar ao bom desempenho na escola formal.

Segundo os mesmos documentos a equipe de funcionários é formada pela coordenação, professores, oficinairos, psicólogos, cozinheiras, assistentes sociais, auxiliares de serviços gerais, vigia entre outros. O CEC é localizado em área de interesse social¹⁷, tem como finalidade atender crianças e adolescentes que freqüentam escola pública, no contraturno. Os mesmos participam de atividades que buscam desenvolver apoio pedagógico; atividades artísticas, culturais, esportivas e recreativas; oficinas de dança, música, teatro, meio ambiente; alimentação entre outras atividades. As intervenções são pautadas em experiências lúdicas, culturais e esportivas como formas de expressão, interação, aprendizagem, sociabilidade e proteção social.

Os CEC's estão localizados na Grande Florianópolis nas comunidades da Chico Mendes, Costeira, Itacorubi, Monde Verde, Novo Horizonte, Promorar, Tapera,

¹⁷ Fundamentada na lei complementar de Áreas Especiais de Interesse Social, a qual é relacionada a áreas ocupadas por população de baixa renda.

Vila União e Agrônômica. As metas quantitativas de atendimento são de aproximadamente 890 crianças e adolescentes.

As crianças e os adolescentes permanecem um período na escola formal freqüentando sua respectiva série de ensino regular, e no contraturno freqüentam o CEC, recebendo orientações voltadas ao reforço escolar, desenvolvendo diferentes habilidades e atividades de lazer por meio de oficinas socioeducativas.

Cada CEC possui sua dinâmica cotidiana específica, daqui em diante serão relatadas as especificidades do Projeto Socioeducativo Criança Fazendo Arte. Sendo que o Projeto fornece três alimentações por período, acompanhamento escolar mediante a supervisão e orientação educacional (desenvolvido na modalidade de apoio pedagógico, reeducação alfabética); oficinas culturais por meio de recreações, esportes, artes, tênis, dança, capoeira, coral, educação ambiental e ainda brinquedoteca (sala de brinquedos). É disponibilizado ainda atendimento individualizado na área da Pedagogia e Serviço Social, encaminhamentos a cursos promovidos pela Prefeitura Municipal ou por outras instituições, orientação de higiene e saúde, encaminhamentos para consultas e exames médicos, odontológicos e laboratoriais e, atendimentos às famílias.

De acordo com documentos específicos do PCFA, o mesmo busca contribuir de modo complementar ao convívio familiar e escolar disponibilizando atividades que proporcionam o aprendizado da comunicação, interação, da tomada de decisões em grupo, de zelo pela saúde, do cuidado com o meio ambiente e da importância de adquirir e valorizar a busca de conhecimentos.

Como objetivos específicos, também de acordo documentos específicos do PCFA, este se propõe a avaliar ações e programas de aprendizagem sobre convivência social; desenvolver propostas de trabalho nas oficinas socioeducativas; trabalhar de forma direcionada à proposta do regimento interno do PCFA; construir regras de disciplina de forma conjunta com as crianças e os adolescentes; operar modificações reais em suas vidas, na comunidade e na sociedade; interagir de forma solidária com a instituição, buscando participar construtivamente do seu cotidiano; trabalhar com as famílias e escolas para garantir a permanência das crianças e adolescentes no ensino formal; refletir sobre o perfil do profissional para atuar na educação complementar; pesquisar o perfil do educador social; restabelecer e integrar vínculos familiares e estabelecer ações co-participativas em entidades comunitárias.

Os critérios para inserção e permanência no PCFA são: estar na faixa etária de seis (06) a quinze (15) anos de idade; freqüentar o ensino formal, disponibilizar a cópia da certidão de nascimento, atestado de matrícula ou freqüência, bem como o comprovante de residência.

O horário de funcionamento no Projeto no atendimento às crianças e aos adolescentes no período matutino inicia com café da manhã das 8h às 8h30min; em seguida se dirigem às oficinas, às 10h é o horário da alimentação com fruta, e por fim são liberados para o almoço a partir das 11h10min até o horário da saída às 11h45min. Quanto às crianças e aos adolescentes que são do período vespertino, o horário de almoço é das 12h às 12h30min; a alimentação com fruta é fornecida às 15h; as oficinas vão até às 16h30min; o café da tarde inicia às 16h30min com saída às 17h.

O PCFA possui um regimento interno¹⁸, onde estão previstos os direitos e deveres de todos os envolvidos, tanto das crianças e dos adolescentes, quanto dos profissionais. Segundo o regimento, todos os profissionais que estão inseridos no Projeto (professores, estagiários, voluntários, oficineiros e monitores) devem ter o compromisso de participar da elaboração das atividades socioeducativas relacionadas ao mesmo¹⁹.

O PCFA conta ainda com uma reunião bimestral efetuada com os pais, tendo como objetivo a exposição e discussão de temas que permeiam o cotidiano familiar, por meio de palestras direcionadas geralmente pela orientadora pedagógica. Além do mais, são feitas avaliações das crianças e dos adolescentes mediante a freqüência, participação e disciplina dos mesmos. No final do encontro geralmente ocorre uma confraternização que oportuniza a socialização e criação de vínculos entre os usuários e o Projeto.

Atualmente o Projeto conta com o quadro de profissionais formado por uma assistente técnica administrativo (contratada pela AFLOV), com nível superior em pedagogia que ocupa a função de coordenadora; educadora social (efetiva pela Prefeitura Municipal), com nível superior em Pedagogia, que ocupa a função de

¹⁸ De acordo com o “Anexo E”.

¹⁹ A coordenação do Projeto exige que cada profissional faça o seu planejamento anual ou semestral das suas especificidades no atendimento às crianças e aos adolescentes. Além do mais deve ser entregue um relatório mensal à coordenação, no qual esteja constatando o desempenho das atividades desenvolvidas. A Parada Pedagógica (reunião específica dos profissionais) ocorre mensalmente, onde cada profissional apresenta o seu planejamento de acordo com o eixo temático definido pelo grupo de profissionais.

orientadora pedagógica; educadora social (efetiva pela Prefeitura Municipal), com nível superior em Pedagogia, responsável pela sala de brinquedos; um oficineiro de dança (contratado pela AFLOV); um oficineiro de meio ambiente (contratado pela AFLOV); um oficineiro de capoeira (contratado pela AFLOV); um oficineiro de música (contratado pela AFLOV), com nível superior em administração; uma monitora (contratada pela AFLOV), com nível superior em Pedagogia; uma monitora (contratada pela AFLOV) com a formação de magistério; duas professoras de apoio pedagógico (ambas contratadas pela Prefeitura Municipal); uma professora de artes (contratada pela Prefeitura Municipal), com nível superior em Artes Cênicas; dois professores de educação física (contratados pela Prefeitura Municipal), com nível superior em Educação Física; um professor de música (efetivo pela Prefeitura Municipal com função readaptada), duas assistentes sociais²⁰ (uma efetiva pela Prefeitura Municipal e outra contratada pela AFLOV); dois motoristas (contratados pela AFLOV); seis cozinheiras (uma contratada pela empresa PLANSUL, uma contratada pela AFLOV, quatro efetivas pela Prefeitura Municipal, sendo que uma delas está com função readaptada); uma auxiliar de serviços gerais (contratada pela PLANSUL) e uma educadora social (efetiva da Prefeitura Municipal), com nível superior em Pedagogia, exercendo atividades de reforço à alfabetização.

Contudo, o Projeto possui necessidades não atendidas, o que dificulta a efetivação dos objetivos propostos pelo mesmo. Dentre elas destacam-se as necessidades de veículo exclusivo do Projeto para realizar visitas institucionais e domiciliares; material pedagógico; instalação de Buffet no refeitório; computadores com internet para suprir as necessidades dos técnicos, das crianças e dos adolescentes em efetuar pesquisas e elaborar documentos; um profissional da psicologia; um profissional da saúde e de um auxiliar administrativo.

De acordo com o que aponta documentos do Serviço Social do PCFA as atribuições do Serviço Social no Projeto são:

- Prestar atendimento sistemático às crianças e aos adolescentes com suas respectivas famílias;
- Estabelecer ações articuladas junto aos programas e projetos de atendimento às crianças e aos adolescentes, visando parceria no atendimento;

²⁰ A assistente social efetiva pela Prefeitura Municipal de Florianópolis foi inserida no Projeto no ano de 2011, logo ela não fez parte dos atendimentos realizados com as crianças e os adolescentes analisados neste trabalho.

- Construir juntamente com as famílias novos padrões referenciais de educação, buscando o fortalecimento dos vínculos familiares;
- Providenciar encaminhamentos diversos (médico, dentário, psicológico, educacional, documental, trabalho etc.);
- Realizar visitas domiciliares; orientar a população quanto à rede de atendimento disponível; realizar matrículas para a inserção das crianças e dos adolescentes no Projeto e,
- Acompanhar e orientar as atividades socioeducativas realizadas no mesmo.

Os instrumentos técnicos mais utilizados na ação profissional do Serviço Social no Projeto são estudos de caso, atendimentos individuais às crianças e aos adolescentes, elaboração de relatórios e diários de campo, bem como visitas institucionais e domiciliares.

Obteve-se aproximação com o PCFA a partir da experiência de estágio, como requisito do curso de Serviço Social, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O referido Projeto foi escolhido como objeto de estudo para contribuir na compreensão e análise sobre a especificidade das ações socioeducativas e procurando ainda identificar quais são as contribuições das ações lá desenvolvidas fornecem às crianças e aos adolescentes no percurso da sua formação.

2.2. UMA APROXIMAÇÃO AO TEMA DA PESQUISA

A vinculação no PCFA como estagiária, inserida no cotidiano e na dinâmica institucional, possibilitou a observação de algumas questões que impulsionaram a necessidade de melhor compreender a dimensão das ações ali desenvolvidas.

A partir das orientações de supervisão de campo e pedagógica de estágio, situações em que acompanhava a intervenção da assistente social, conversas e participação em reuniões pedagógicas, dentre outros diferentes momentos vivenciados, destaca-se, entre as observações efetuadas, as constantes queixas dos profissionais a respeito da falta de mudança no comportamento das crianças e dos adolescentes, alguns se mostrando até mesmo desestimulados e desacreditados em relação a efetividade das suas ações profissionais exercidas com

esse público em específico. Tendo esse contexto como referência delineou-se a necessidade de realizar uma análise de quais são as contribuições que as ações socioeducativas estão proporcionando às crianças e adolescentes frequentadores desse Projeto, pois as propostas destas ações são de contribuir na garantia da Proteção Social e acesso aos saberes via educação complementar. Portanto, se delineou a problematização voltada a identificar como as ações socioeducativas estão sendo desenvolvidas no CEC Agrônômica, principalmente no que se refere as ações desenvolvidas pelo Serviço Social, analisando as contribuições da profissão em relação ao cumprimento das finalidades do PCFA.

Para a realização deste trabalho foram utilizados os procedimentos metodológicos fundamentados na pesquisa qualitativa visando compreender e fundamentar o objeto de estudo, uma vez que, segundo Minayo (2003):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2003, p. 21-22).

Esta constitui-se assim em uma pesquisa exploratória a qual tem “como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, tendo em vista, a formulação, de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” (GIL, 1999, p. 43). Isto é, tornar as informações explícitas e/ou construir hipóteses a partir dos dados obtidos. Para tanto, foi utilizado o instrumental da observação direta, a qual “é realizada pelo próprio pesquisador sem a interferência de terceiros” (DAL PRÁ, 2010, p. 11), diferente da observação indireta, que consiste no treinamento de pessoas para efetuar a observação; bem como pela observação participante, que ocorre quando há interação entre o pesquisador e o pesquisado. Para a realização da observação, foram feitas seleções dos sujeitos vinculados aos objetivos propostos pela pesquisa. Dentre eles constam profissionais, crianças e adolescentes do Projeto Criança Fazendo Arte. Foi realizado ainda pesquisas bibliográficas em livros, monografias, teses, artigos entre outras fontes de pesquisa, para identificar diferenciadas concepções, correntes

teóricas e assim fazer a seleção e delimitação das informações obtidas sobre a temática.

Foram analisados os cadastros do período de 2006 a 2010 com objetivo de analisar os dados durante todo o desenvolvimento do PCFA. A partir desse critério constatou-se o total de 215 cadastros de crianças e adolescentes no Projeto.

Os cadastros dos desistentes (crianças e adolescentes que não fizeram a matrícula nos anos subsequentes) do ano de 2006 a 2009 não foram analisados e contabilizados, apenas aqueles desistentes do ano de 2011, ou seja, as crianças e adolescentes que não fizeram matrícula no PCFA para participarem do mesmo no ano de 2011. Do número total, 85 (40%) cadastros não foram encontrados atendimentos especializados disponibilizados pelo Projeto (Pedagogia, Serviço Social e/ou outras profissões que participam do Projeto), ou ainda não foram incluídos na análise de atendimentos, por não conter informações completas e claras, isto é, sem o nome inteiro da criança e/ou do adolescente, sem a identificação do profissional que efetuou o atendimento, sem data de atendimento, data errada ou data incompleta.

Houve 98 crianças e/ou adolescentes desistentes no ano de 2011, desses, 45 cadastros não entraram na porcentagem de análise de acompanhamento especializado pelos motivos anteriormente relacionados.

Durante o mês de maio de 2011, foi realizada a pesquisa documental, como trata Dal Prá (2010) que consiste em pesquisar em documentos institucionais que ainda não receberam tratamento analítico. Os documentos analisados foram: relatórios da coordenação do PCFA aos órgãos competentes, relatórios dos profissionais, bem como os cadastros de atendimentos das crianças e dos adolescentes²¹. A referida consulta teve por finalidade identificar os atendimentos e/ou acompanhamentos realizados pelos profissionais de Serviço Social e Pedagogia junto às crianças e os adolescentes do Projeto, tendo em vista a problematização então estabelecida.

Para a análise final foram selecionadas duas situações diferentes, envolvendo uma criança e três adolescentes do PCFA, de acompanhamento profissional especializado, nas quais o Serviço Social teve importante participação, para dessa forma, analisar as contribuições da profissão nos atendimentos exercidos no Projeto.

²¹ Todas essas consultas foram devidamente autorizadas, mediante a elaboração de um documento solicitando a autorização dos profissionais do Projeto (Apêndice - A).

Os critérios para a seleção dessas duas situações foram: que os usuários do PCFA estivessem freqüentando o mesmo por pelo menos um ano; que a situação vivenciada pelos mesmos fosse de risco à sua proteção integral e que houvesse importante participação do Serviço Social no que diz respeito aos acompanhamentos e encaminhamentos realizados.

3. ANÁLISE DOS DADOS OBTIDOS

Foram analisados os cadastros das crianças e dos adolescentes do Projeto Criança Fazendo Arte. Esses cadastros são arquivados em pastas individuais, as mesmas também contêm os registros de atendimentos da Pedagogia, do Serviço Social e dos outros profissionais, realizados com as crianças e os adolescentes (o acesso aos arquivos foi autorizado pelos profissionais envolvidos).

Entretanto a orientadora pedagógica do PCFA, a partir do ano de 2010, passou a arquivar os seus registros de atendimentos realizados, em pastas também individuais para cada criança e adolescentes, mas num lugar pessoal de arquivamento, por questão de sigilo profissional. Quanto aos documentos do Serviço Social, também foram acessados em arquivos de relatórios dos profissionais sob a responsabilidade da coordenadora, bem como em arquivos separados do próprio Serviço Social.

De acordo com a coleta de dados no PCFA, detectou-se um total de 215 crianças e adolescentes que passaram pelo Projeto no período de 2006 a 2010, identificou-se que apenas 85 cadastros não constavam registros específicos de atendimentos, sendo que alguns tinham registros, mas não forneciam informações objetivas para identificação e, 130 crianças e adolescentes tinham registros de atendimentos em seu cadastro de forma específica pela Pedagogia, pelo Serviço Social e/ou outros profissionais do realizados. Assim, estes cadastros possuidores de registros, se tornaram a referência de pesquisa, onde buscou-se identificar na coleta de dados: o bairro de residência da criança ou adolescente, a localidade da escola que a criança ou adolescente frequenta, especialidade profissional de atendimento, bem como o tipo de atendimento realizado.

Portanto constatou-se que 130 cadastros possuem registros de atendimentos especializados, isto é, vão ser analisados no decorrer deste trabalho 60% dos cadastros do período de 2006 a 2010, com o objetivo de verificar o atendimento e acompanhamento especializado das crianças e dos adolescentes e detectar a contribuição desses atendimentos aos mesmos. O gráfico a seguir expõe os dados referentes àqueles cadastros que foram contabilizados (60%) e os que não foram contabilizados (40%) para a análise:

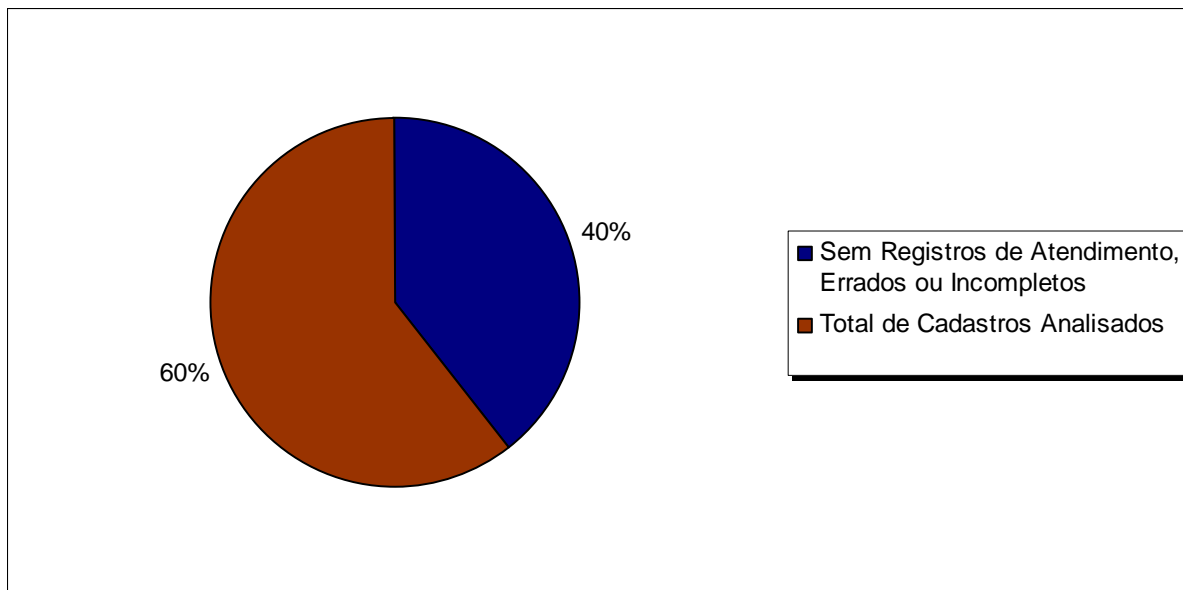


Gráfico 1 – Cadastros das Crianças e dos Adolescentes

Fonte: Júlia Borba de Andrade Pereira - Dados obtidos a partir da análise dos cadastros das crianças e aos adolescentes do Projeto Socioeducativo Criança Fazendo Arte, 2011.

O primeiro procedimento foi identificar a faixa etária das crianças e dos adolescentes analisados, para auxiliar na compreensão do perfil dos mesmos. Os dados estão divididos em grupos por idade de seis (6) a oito (8) anos, nove (9) a onze (11) anos, doze (12) a quinze (15) anos e o último grupo é composto por aqueles que possuem dezesseis (16) anos de idade incompletos. Conforme se observa no gráfico a seguir.

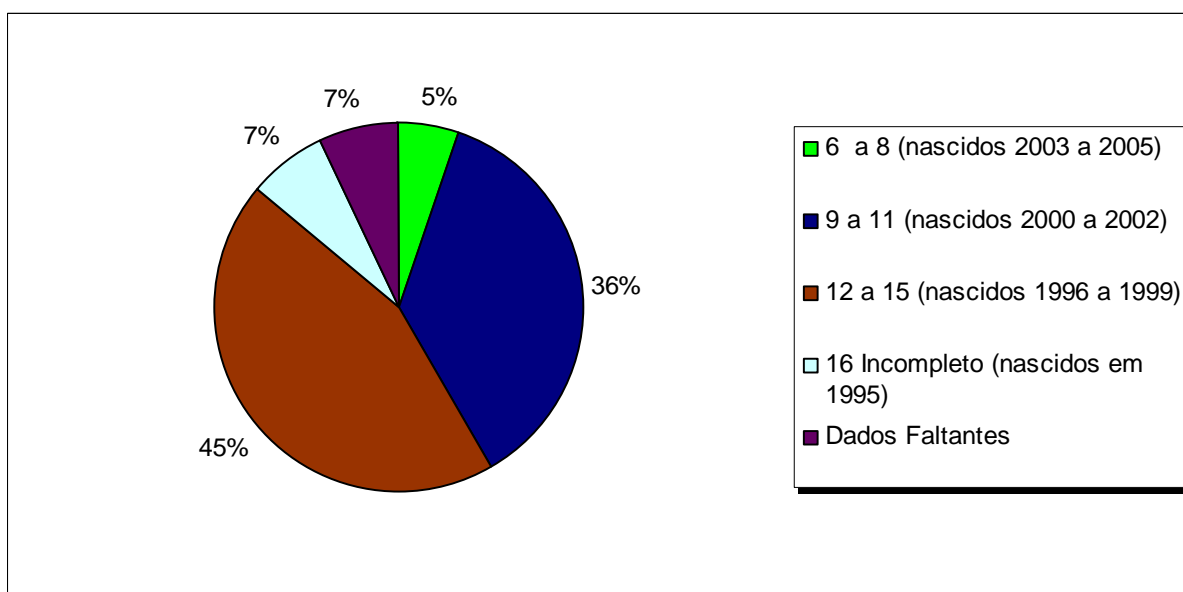


Gráfico 2 – Faixa Etária das Crianças e dos Adolescentes

Fonte: Júlia Borba de Andrade Pereira - Dados obtidos a partir da análise dos cadastros das crianças e aos adolescentes do Projeto Socioeducativo Criança Fazendo Arte, 2011.

Pode-se observar que a faixa etária predominante é a do grupo das crianças de nove (9) a onze (11) anos, com 47 crianças, referente a 36% dos dados; e dos adolescentes que estão concentradas nas idades de doze (12) a quinze (15) anos, com 58 adolescentes, que compõem 60% dos dados, indicando que a maioria das crianças estão no terceiro ciclo do ensino fundamental, isto é, no 5º ou 6º ano.

Em relação ao grupo de dezesseis (16) anos de idade incompletos foi composto por 7% dos dados. E, em nove (9) cadastros (7%), não continham a data de nascimento das crianças e/ou adolescentes impossibilitando a classificação por faixa etária.

Quanto à localização da residência e escola de ensino regular que freqüentam, uma vez que essa é uma garantia registrada em legislação, pois as crianças e adolescentes, devem prioritariamente estudar em equipamentos escolares próximos de suas residências. Assim os bairros de residência, que constam nos cadastros das crianças e dos adolescentes do PCFA fazem parte na sua grande maioria do município de Florianópolis, nos bairros: Agrônômica, Caieira do Saco dos Limões, Canasvieiras, Capivari de Cima, Capoeiras, Centro, Costeira do Pirajubaé, Coloninha, Estreito, Ingleses, Jardim Atlântico, Monte Cristo, Ratoes, Rio Tavares, São João do Rio Vermelho, Trindade, Vargem do Bom Jesus, Vargem Grande, Vila São João. Porém, o Projeto conta também com crianças do município de Palhoça, do bairro Rio Grande.

Das crianças e adolescentes analisados, verificou-se que oitenta e nove (89) crianças e adolescentes (69%) estudam em escolas de ensino regular, situadas no mesmo bairro em que residem, e trinta (30) crianças e adolescentes (23%) não estudam no mesmo bairro de sua residência, conforme podemos observar no gráfico que segue:

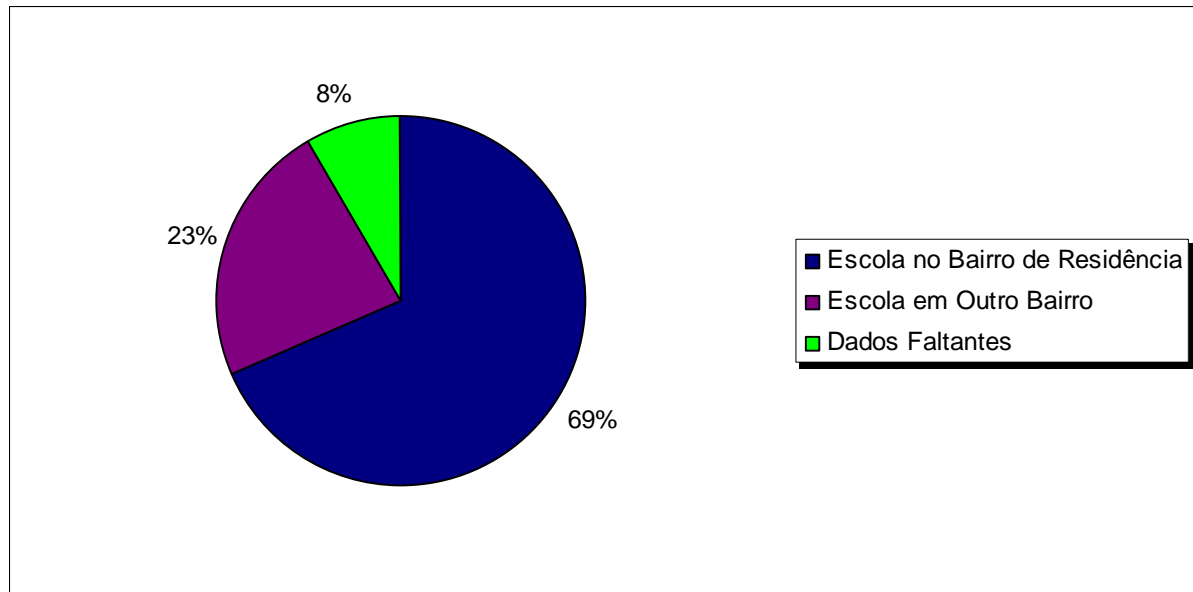


Gráfico 3 – Identificação de Escola no Bairro de Residência das Crianças e dos Adolescentes.

Fonte: Júlia Borba de Andrade Pereira - Dados obtidos a partir da análise dos cadastros das crianças e aos adolescentes do Projeto Socioeducativo Criança Fazendo Arte, 2011.

É possível observar que há trinta (30) crianças e adolescentes que não possuem matrícula em escolas dos bairros de sua residência. A partir dos registros realizados no período de estágio em Serviço Social, na realização de abordagens com as famílias, ao serem questionadas sobre a escola que as crianças e/ou adolescentes freqüentam, um grande número de pais ou responsáveis indicaram que a escola do bairro não tinha mais vagas, o que demonstra a falta de estrutura necessária para atender a população local.

Essa situação causa dificuldades às famílias, principalmente quando são crianças pequenas que necessitam de acompanhamento de adulto para ir à escola, acarretando em maiores gastos financeiros à família por conta da passagem de ônibus que são obrigadas a pagar. As crianças e os adolescentes de escolas públicas possuem o direito ao vale transporte para freqüentarem as mesmas, fornecido pela Prefeitura Municipal. Em caso da criança necessitar que seus pais ou responsáveis a leve, estes são obrigados a gastarem o recurso financeiro que poderia ser gasto, por exemplo, com alimentação, material escolar, ou até mesmo lazer para a criança e sua família, mais uma questão que reforça a importância da escola local, mais de uma por bairro se necessário.

Além do mais, ocorre frequentemente o fato de as crianças irem acompanhadas por outras crianças à aula e ao PCFA, o que às expõem a riscos

diários podendo resultar em acidentes de trânsito e/ou abusos por pessoas com más intenções. Os pais ou responsáveis justificam essa situação afirmando que não podem levar a criança pelo fato de coincidir com o horário de trabalho dos mesmos.

Ainda em relação à questão do transporte da criança e do adolescente, consta em registros do Serviço Social, relatos de famílias que não possuem conhecimento do vale transporte fornecido pela Prefeitura Municipal, o que ocasiona inúmeras faltas na escola, principalmente em decorrência de dificuldades para o pagamento do transporte. Essa situação denuncia a falta de informação de algumas famílias e a falta de acompanhamento da escola regular de ensino dessas crianças e adolescentes. O que pode ser considerado uma falha no aparato por parte dos órgãos públicos competentes em relação à permanência das crianças e dos adolescentes na escola, ferindo o direito dos mesmos o qual está previsto no artigo terceiro da Lei de Diretrizes Bases da Educação. Essas famílias têm procurado auxílio do Serviço Social do Projeto, que por sua vez tem a atribuição de apresentar todas essas informações, bem como viabilizar o acesso a esse direito às famílias.

No que se refere ao transporte das crianças e adolescentes que freqüentam o PCFA, que tem sede no bairro Agrônômica, a maioria tem vaga em dois ônibus exclusivos fornecidos pela Prefeitura Municipal de Florianópolis ao Projeto. Porém aqueles que vêm de transporte coletivo geralmente utilizam o vale transporte escolar, o qual é para ser utilizado apenas para a ida à escola, esta questão remete à mesma discussão anteriormente realizada a respeito das passagens de ônibus, pois a Secretaria de Assistência Social, órgão público da Prefeitura Municipal, deveria disponibilizar vaga a todas as crianças e os adolescentes disponibilizando mais um ônibus para atender as necessidades de todos.

Esse transporte exclusivo do PCFA passa nas proximidades das residências das crianças e adolescentes. Aqueles que freqüentam o PCFA no período da manhã são apanhados nas proximidades de suas residências e deixados, após o período de atendimento do Projeto, perto de suas escolas. E aqueles que freqüentam o PCFA no período vespertino, são apanhados nas proximidades de suas escolas e deixados também nas proximidades de suas residências.

As crianças e os adolescentes que moram no bairro Agrônômica, onde o PCFA está inserido, se dirigem ao mesmo caminhando, pois têm preferência às vagas nos ônibus as crianças e os adolescentes que moram longe do bairro Agrônômica.

No PCFA, que tem como finalidade ofertar um espaço de convivência, aprendizagem, construção de cidadania e valorização do vínculo familiar e comunitário, em horário complementar (no contraturno) ao período escolar, as crianças e adolescentes além das atividades de esportes, artes, dança, capoeira, coral, educação ambiental, apoio pedagógico, reeducação alfabética e brinquedoteca recebem também atendimentos individualizados e especializados principalmente dos profissionais da Pedagogia e Serviço Social.

A tabela que segue no final desta página explicita os dados dos atendimentos especializados realizados principalmente pelas áreas da Pedagogia e Serviço Social. Os registros da Pedagogia são realizados pela orientadora pedagógica, os mesmos se deram de forma expressiva, ocorrendo principalmente o atendimento de forma direta com as crianças e os adolescentes. No caso do Serviço Social o maior número de registros de atendimentos e acompanhamentos, ocorre na articulação institucional e ainda com os familiares e/ou responsáveis. O item classificados como “outros” incluem os registros de atendimentos dos profissionais como professores, monitores entre outros.

Houve um total de 787 atendimentos especializados realizados às crianças e aos adolescentes do PCFA. Porém, na coleta de dados foram identificadas várias situações de registros com dados incompletos em relação às crianças e aos adolescentes, o que não possibilitou a identificação dos mesmos. Registros os quais, por esse motivo, não foram contabilizados na tabela abaixo.

Tabela 1 – Atendimentos Especializados com as Crianças e os Adolescentes

	Pedagogia	Serviço Social	Outros	TOTAL PARCIAL
Criança ou Adolescente	290	53	33	376
Familiar ou Responsável	94	70	9	173
Contato telefônico Familiar ou Responsável	46	50	10	106

Visita Domiciliar	4	13	0	17
Visita institucional	9	104	2	115
TOTAL	443	290	54	787

Fonte: Júlia Borba de Andrade Pereira – Dados obtidos a partir da análise dos registros de atendimentos especializados às crianças e aos adolescentes do Projeto Socioeducativo Criança Fazendo Arte, 2011.

Observa-se que as maiores incidências de atendimento pela Pedagogia e pelo Serviço Social são em relação aos atendimentos individuais com as crianças e os adolescentes, contato familiar e visita institucional.

O elevado número de contatos telefônicos e visitas institucionais efetuados pelo Serviço Social, de acordo com os registros profissionais, expressa a tamanha demanda das crianças e dos adolescentes, bem como de suas respectivas famílias em relação ao acesso a informações e serviços de saúde. Diante disso muitas vezes foi necessário o profissional acompanhar os usuários e/ou familiares em consultas e realização de exames médicos, por questão de acompanhamento e auxílio às famílias. Com relação à necessidade de atendimentos médicos especializados, há muitas situações de filas de espera imensas, também mostrando a não instauração de políticas públicas que atendam as demandas de todos os cidadãos.

Ressalta-se que no caso do Serviço Social, o atendimento da família ou dos responsáveis (direto ou indiretamente), é realizado por meio da visita domiciliar e institucional, que são instrumentos de trabalho inerentes à profissão, fundamentais ao acompanhamento das crianças e dos adolescentes, na busca de informações pertinente aos mesmos. Instrumentos que devem ser sistematizados pelo assistente social, para desta forma buscar a garantia da prestação de serviços de qualidade.

A sistematização da prática profissional segundo Celats²²

[...] engloba não só os procedimentos investigativos que demarcam a ação profissional como objeto de reflexão. A sistematização da prática foi entendida pelo CELATS como todo o processo de organização teórico-metodológico e técnico-instrumental da ação profissional em Serviço Social. Neste sentido, a preocupação com a sistematização da prática se inicia com a própria delimitação dos

²² Centro Latino-Americano de Trabalho Social (CELATS).

referenciais que orientam a eleição dos aportes teóricos, da condução metodológica, da definição das estratégias de ação, do reconhecimento do objeto de intervenção profissional, assim como de seus objetivos e da avaliação dos resultados alcançados. (CELATS, 1983 apud ALMEIDA, 1997).

Há que se considerar que a documentação faz parte da sistematização da prática profissional, pois os registros colaboram no processo investigativo sobre a realidade social, no reconhecimento dos sujeitos envolvidos, norteando ações profissionais no processo de análises e diagnósticos.

Entretanto

[...] toda forma de documentação só adquire sentido se são úteis tanto para os profissionais quanto para a instituição porque, mais do que apenas guardar ou arquivar informações, deve incidir positivamente nos processos de planejamento e avaliação no sentido de facilitar a sua realização (KOHLENER, 2006, p.11).

Nesse sentido, os registros efetuados de maneira adequada são muito importantes para a avaliação e acompanhamento da proposta de trabalho então desenvolvida pelo grupo de profissionais. Desta forma, os mesmos terão acesso às informações relacionadas ao histórico dos usuários, dos encaminhamentos realizados e dos resultados alcançados. Logo, os instrumentos da ação profissional não devem ser entendidos apenas como procedimentos burocráticos, mas compreendidos como meios de garantia dos direitos dos cidadãos, crianças, adolescentes e suas famílias, para obterem acesso a serviços de qualidade.

Como já identificado anteriormente ocorreu um número significativo de atendimentos, um total de 787, no período em questão. Com o objetivo de explicitar mais concretamente em que se constituíram essas modalidades de atendimentos, possibilitando colocar em evidência as características e/ou especificidades, e em cumprimento à finalidade de avaliar a importância desses atendimentos no auxílio e acompanhamento das situações de risco vivenciadas pelas crianças e adolescentes, anteriormente indicada na metodologia, foram selecionadas duas situações de atendimentos e acompanhamentos. As quais tiveram a intervenção expressiva do Serviço Social e inclusive como experiência de participação desenvolvida pela estagiária. Para tanto recorreremos aos arquivos do Serviço Social e dos relatórios de estágio específicos e anotações gerais do processo de estágio.

As ações profissionais efetuadas nessas situações que serão relatadas a seguir colaboraram na efetivação da garantia da proteção social das crianças e dos adolescentes, pois os mesmos, assim como todos os demais inseridos no Projeto, vivenciam situações diversas e/ou diferenciadas de vulnerabilidade social. Isso demonstra a importância do trabalhador e educador social na instauração dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Os relatos a seguir são baseados em pesquisas nos cadastros individuais da criança e dos adolescentes, bem como em relatórios profissionais referentes a cada situação abaixo relacionada, da assistente social e orientadora pedagógica do PCFA. Ainda, em registros de atividades diárias e relatórios acadêmicos da estagiária de Serviço Social e relatos informais das profissionais do Serviço Social e da Pedagogia do Projeto a respeito, para colaborar na complementação das informações.

3.1 SITUAÇÃO I – DESCRIÇÃO DO ACOMPANHAMENTO PROFISSIONAL AO ADOLESCENTE “A”

A partir do cadastro do adolescente “A” (12 anos de idade) no PCFA, obteve-se a informação de que o mesmo iniciou no Projeto no ano de 2008. O responsável que fez a sua matrícula foi sua mãe. No domicílio morava o adolescente “A” e a sua mãe. Nos arquivos referentes ao adolescente, não foram constatados registros de atendimentos especializados antes da situação relatada a seguir.

O adolescente “A” é considerado pelos profissionais que o acompanham diretamente (principalmente os profissionais da pedagogia e professores), uma pessoa quieta, comportada e interessada pelos estudos.

No mês de setembro do ano de 2010, uma profissional da Pedagogia notou mudança de comportamento do adolescente “A” no PCFA, como isolamento e demonstrações de tristeza. No mesmo período em que a profissional estava notando tal comportamento o adolescente e seus dois amigos do Projeto e vizinhos de residência, procuraram a mesma, por terem mais contato e confiança, e expressaram o desejo de relatar algumas situações que estavam acontecendo com frequência com o adolescente “A”.

Os amigos do adolescente “A” deram início aos relatos vivenciados com o mesmo em relação à sua mãe. Relataram que “A” estava sendo constantemente agredido fisicamente e verbalmente por sua mãe em seu domicílio e nas proximidades da vizinhança. O adolescente “A” confirmou os relatos e acrescentou que presenciou em seu domicílio o uso excessivo de bebidas alcoólicas, bem como ter visto a “droga maconha” guardada no armário do quarto da sua mãe. No mesmo dia a pedagoga relatou ao Serviço Social a situação para serem efetuados os devidos encaminhamentos aos órgãos competentes.

O Serviço Social por sua vez atendeu o adolescente “A”, na presença da pedagoga em questão, para obter mais informações a respeito da situação. Então o adolescente “A” relatou que desde muito pequeno é agredido severamente pela mãe, afirmou que a vizinhança tem conhecimento desses acontecimentos. Além do mais, muitas vezes foge para o domicílio ao lado para não sofrer mais agressões. Nesse domicílio ao lado mora uma Senhora que sempre o acolhe quando essas situações ocorrem. Relatou que foi essa mesma Senhora que o motivou a denunciar a mãe ao PCFA. O mesmo por sua vez, apesar do medo por conta das ameaças de maior agressão de sua mãe se a mesma fosse denunciada, conseguiu efetuar a denúncia.

As profissionais, do Serviço Social e da Pedagogia esclareceram ao adolescente que essas situações teriam que ser encaminhadas aos órgãos públicos competentes, no entanto a sua mãe não saberia quem efetuou a denúncia, pois os órgãos públicos agem com sigilo.

Foi ressaltada pelas profissionais quanto à situação de dependência de drogas vivenciada pela mãe do adolescente, que todos os fatos indicam que a mesma deve fazer tratamento em clínicas especializadas, e diante disso seriam avaliadas as condições de permanência do adolescente com a mesma. Em seguida foi perguntado ao adolescente com quem gostaria de morar caso o mesmo não pudesse mais ficar com a sua mãe, em situação de negação ao tratamento da dependência de drogas. O adolescente “A” expressou o desejo de morar com a Senhora que o acolhe desde criança quando acontecem as agressões, pois tem pouco contato com seus familiares e lembra pouco dos mesmos. Logo, foi informado ao adolescente que neste caso o juiz determinaria, após a análise das possibilidades, a posse de sua guarda. O adolescente se mostrou aliviado, mais feliz e muito esperançoso.

A partir das conversas obtidas com o adolescente “A”, as informações foram repassadas à orientadora pedagógica e à coordenação do PCFA. A orientadora pedagógica em seguida efetuou uma denúncia ao S.O.S Criança²³, e como este serviço de atendimento é inserido no mesmo espaço físico que o PCFA (no Complexo Cidade da Criança), foi entregue pessoalmente o relatório da pedagoga, a qual os adolescentes procuraram, onde foi descrito todos os depoimentos realizados pelos mesmos.

Após a denúncia, a profissional do Serviço Social juntamente com a profissional da Pedagogia decidiram efetuar uma visita domiciliar para verificar mais informações, e a partir de então elaborar os relatórios de ambas as profissões para enviar aos órgãos competentes.

A visita domiciliar foi realizada pela assistente social e pela pedagoga que teve o primeiro contato com o adolescente “A” sobre a situação de agressão. Ao chegarem em frente ao domicílio observaram várias garrafas de bebidas alcoólicas. A mãe do adolescente “A” as atendeu e as profissionais explicaram o motivo da visita, que seria para conhecer a família do adolescente “A”. A mãe demonstrou preocupação, mas as recebeu dentro de seu domicílio. As profissionais questionaram a mãe em relação ao comportamento de seu filho em casa, sobre a relação entre os dois. Esta respondeu de forma sucinta que o adolescente está indo muito mal na escola, sem entrar em detalhes sobre a afirmação em relação ao desempenho escolar. Mostrou o quarto do adolescente “A”, o qual era o local mais organizado da casa, e informou que é o próprio adolescente que o organiza.

As profissionais questionaram a mãe a respeito da relação do adolescente “A” com seu pai e familiares paternos, que relatou que o mesmo não demonstra interesse em conviver com a família paterna, mas já recebeu alguns presentes do pai os quais estão colocados em lugares de destaque em seu quarto. Por fim as profissionais solicitaram contatos dos familiares paternos, mas a mãe negou em fornecer, pois disse que iria solicitar permissão aos mesmos e que depois retornaria a resposta às profissionais. Dessa forma, encerrou a visita domiciliar.

Diante da confirmação da maioria dos fatos relatados pelos adolescentes, a orientadora pedagógica efetuou um contato telefônico ao Conselho Tutelar da região

²³ S.O.S Criança integra o Programa SENTINELA (vinculado à Prefeitura Municipal de Florianópolis), é destinado a dar os primeiros atendimentos a partir de informações ou de denúncias sobre violação dos direitos. A denúncia neste serviço pode ser feita de maneira anônima.

de residência do adolescente “A”, para apressar o atendimento ao mesmo. A assistente social solicitou a presença da Senhora que frequentemente “socorria” o adolescente “A” nos momentos em que ocorriam as agressões, no PCFA. A Senhora compareceu no Projeto e confirmou todo o relato do adolescente “A” e de seus amigos, além do mais expressou o desejo de se for necessário ficar com a guarda do adolescente “A”.

O Conselho Tutelar ao receber a denúncia solicitou o relatório do Serviço Social do PCFA, e comunicou à Promotoria sobre a denúncia. Então foi solicitada a presença da mãe do adolescente “A” ao fórum da cidade de Florianópolis. No fórum ofereceram a mesma uma vaga em uma clínica de tratamento de dependência de drogas, mas foi negado o atendimento, o que acarretou na perda provisória da guarda do adolescente “A”, e automaticamente foi passada à Senhora que manifestou o desejo de cuidar do mesmo. Na audiência realizada em 2011 a mãe do adolescente “A” chegou atrasada e a guarda provisória continua com a mesma Senhora, com grandes chances de se tornar permanente, pois tanto a família materna quanto a paterna não manifestou oficialmente o desejo de ficar com o adolescente.

Avalia-se que o PCFA foi fundamental na proteção do adolescente, pois foi o local em que o mesmo depositou sua confiança, apesar de tanto medo e insegurança, para efetuar a denúncia.

A escola também possui o papel de participação na proteção da criança e do adolescente, no entanto a mesma não demonstrou procurar saber a causa da queda do rendimento escolar do adolescente “A”. Inclusive quando a situação foi explicitada pelo adolescente às profissionais do PCFA, o mesmo relatou que seu caderno escolar foi rasgado pela mãe num momento de embriaguez da mesma. O Serviço Social por sua vez entrou em contato com a escola para auxiliar no esclarecimento da suposta “perda do caderno”, pois ele teria que recuperar todo o conteúdo perdido copiando os conteúdos das mat de cadernos de amigos para auxiliar num melhor desempenho escolar. Foi informado à diretora e solicitado sigilo, a respeito da situação que o adolescente estava vivenciando em sua casa em relação à sua mãe, bem como a observação e acompanhamento escolar do educando nesse momento.

A intervenção do Serviço Social nessa situação relatada teve grande importância com relação aos encaminhamentos efetuados. Entretanto, em toda

intervenção profissional é necessário analisar o contexto social, econômico, político e cultural vigente o qual revelará as limitações e possibilidades da instauração do projeto ético político do Serviço Social, principalmente em seus fundamentos voltados a garantia da democracia e cidadania dos indivíduos, com orientação profissional crítica e propositiva.

Ressalta-se que a realização do atendimento multidisciplinar entre os profissionais do Serviço Social e da Pedagogia, acelerou e colaborou para um melhor atendimento ao adolescente. De forma conjunta, os profissionais passaram todas as informações necessárias ao adolescente, conversando constantemente com o mesmo para obter notícias do comportamento de sua mãe. Foram efetuadas orientações em relação aos momentos em que a mãe realizasse agressões físicas e verbais. Foi informado ao adolescente acerca dos direitos que tanto ele quanto sua mãe possui. Explicitou-se que a sua mãe estava precisando de acompanhamento médico, mas para que isso ocorresse teria que haver o consentimento da mesma.

3.2 SITUAÇÃO II – DESCRIÇÃO DO ACOMPANHAMENTO PROFISSIONAL AOS ADOLESCENTES “B”, “C” E À CRIANÇA “E”

A partir dos cadastros dos adolescentes “B” (15 anos de idade – atualmente desligado do PCFA por conta da idade) e “C” (13 anos de idade) e da criança “D” (11 anos de idade) constatou-se que esses três irmãos moravam com a mãe e o companheiro da mesma. De acordo com os dados que constam em seus cadastros os adolescentes “B”, “C” e a criança “D” participam do PCFA desde o ano de 2009. Os mesmos são caracterizados pelos profissionais do Projeto como calmos, educados e estudiosos.

A partir do mês de julho do ano de 2010 foi constatado pela profissional da Pedagogia o comportamento diferenciado do adolescente “B”, pois não estava mais comparecendo à biblioteca do PCFA para estudar como de costume. E a criança “C” estava mostrando comportamentos agressivos, se envolvendo em brigas entre os colegas no Projeto.

Os três irmãos após vários atendimentos, afirmaram se incomodar em casa com a presença do companheiro da mãe, pois presenciavam o uso excessivo de

bebidas alcoólicas e outras drogas, bem como situações de agressões físicas e psicológicas aos mesmos e a sua mãe. No atendimento ao padrasto, realizado no PCFA, o mesmo confirmou o uso excessivo de drogas como bebidas alcoólicas, “cocaína” e o “crack”. No atendimento à mãe da criança e dos adolescentes a mesma inicialmente negou, mas por fim acabou afirmando sofrer agressões físicas e psicológicas por parte do companheiro.

A assistente social do PCFA, por sua vez solicitou à Secretaria Municipal de assistência social de Florianópolis, que fosse verificado uma vaga em uma clínica de tratamento para dependentes de drogas para a internação do padrasto. A vaga foi disponibilizada, porém o padrasto não aceitou a internação, negando ser viciado em drogas.

Diante disso foi efetuada uma visita domiciliar pela assistente social e pela orientadora pedagógica, e informaram à mãe, na presença do seu companheiro, que se continuasse convivendo com o mesmo, juntamente com seus filhos no mesmo domicílio, os adolescentes “B”, “C” e a criança “D” teriam que ser institucionalizados em uma Casa Lar.

Em outros atendimentos do Serviço Social e da Pedagogia, os adolescentes “B” e “C” e a criança “D” relataram que o padrasto efetua o uso de drogas em frente aos mesmos, assim como oferece a eles. No entanto os mesmos afirmaram jamais terem experimentado drogas.

A partir das informações confirmadas a orientadora pedagógica entrou em contato com o Conselho Tutelar para solicitar urgência no atendimento à família, bem como elaborou um relatório sobre a situação da criança e dos adolescentes e encaminhou ao conselheiro tutelar responsável.

O Conselho Tutelar na primeira vez compareceu à residência da criança e dos adolescente para retirar o padrasto do local, mas o mesmo fugiu. A partir dessa situação, foi orientado à mãe dos mesmos que não convivesse mais no mesmo domicílio com o companheiro, pois o mesmo estava trazendo risco de morte aos seus filhos e a mesma. Mas foi detectado pelas profissionais do PCFA que o padrasto havia retornado ao lar após a fuga. O Conselho Tutelar mais uma vez foi acionado, e ao chegar à residência o padrasto foi retirado da mesma, além do mais foi efetuada uma medida de proteção de afastamento do mesmo da família. Por fim o padrasto saiu do domicílio, e agora “B”, “C” e “D” estão morando somente com a mãe, o que evitou o abrigo dos mesmos e acontecimentos drásticos.

No que se refere à profissional de Pedagogia em específico, esta realizou a intervenção profissional a partir da detecção de comportamentos diferenciados na criança e nos adolescentes. Realizou o repasse de informações acerca das situações, anteriormente relatadas, ao Serviço Social, para de forma multidisciplinar acompanharem as mesmas. A realização de visitas domiciliares, a elaboração de relatórios específicos e a participação na discussão de encaminhamentos e acompanhamentos contínuos durante a participação das crianças e dos adolescentes no PCFA foram feitas conjuntamente.

O Serviço Social na sua especialidade, no momento em que teve ciência das situações de risco vivenciadas pela criança e pelos adolescentes (das situações I e II), atuou por meio de atendimento aos mesmos, com o objetivo de detectar mais informações, bem como por questão de acompanhamento. Ao detectar os riscos à proteção da criança e dos adolescentes efetuou visitas domiciliares; orientações; elaboração de relatórios necessários e participou do encaminhamento das situações aos órgãos competentes. Na situação II, efetuou-se atendimento também ao o agressor, o encaminhando à Secretaria Municipal de Assistência Social para ser levado a uma clínica de tratamento de dependência de drogas, com o intuito de proteger a família, bem como auxiliar no acesso ao seu direito, pois também é um cidadão sujeito de direitos.

Neste contexto, as ações socioeducativas são realizadas como auxílio na formação de uma consciência reflexiva, estimulando e possibilitando aos usuários a compreensão da sociedade onde estão inseridos, dos seus direitos como cidadãos, da possibilidade e importância da socialização de suas necessidades, para que haja a ampliação dos direitos ao serem explicitados e reivindicados na esfera pública. Como esclarece Lima (2004), o profissional por sua vez possui o compromisso ético de possibilitar atendimento das demandas dos usuários, bem como valorizar sua autonomia para que os mesmos se reconheçam como sujeitos de construção da sua própria história. Esse caminho é considerado pela autora como um processo de ensino-aprendizagem para que o profissional colabore na superação de condições geradoras dos problemas sociais. Nesse sentido a autora explana que as

[...] ações sócio-educativas pensadas nessa perspectiva remetem a uma luta que é coletiva, mas que também acontece no âmbito individual através da apropriação da informação e dos caminhos de acesso a serviços, benefícios e reivindicações, pois essa apropriação

também se configura como uma forma de se garantir qualidade de vida. Em suma permitem o estabelecimento de um processo emancipatório que oportuniza aos indivíduos se perceber como sujeitos na sociedade onde estão inseridos e usufruir dos bens (materiais e imateriais) nela produzidos (LIMA, 2004, p. 7).

Portanto os direitos devem ser entendidos como tal pelos cidadãos, bem como o dever do Estado em cumpri-los e não tratados e entendidos por ambas as partes como ajuda.

Os objetivos que orientam as ações socioeducativas consistem na construção com a participação dos usuários na busca de alternativas de acesso; na ampliação e consolidação de direitos que atendam as demandas dos indivíduos; em possibilitar um processo de reflexão e discussão a respeito de informações e conhecimentos sobre determinadas situações de interesse do usuário, contribuindo no acesso aos serviços e benefícios.

Nas duas situações anteriormente relatadas, envolvendo a criança e os adolescentes, o trabalho executado de forma multidisciplinar colaborou no atendimento de proteção aos mesmos. Pois foi um processo de detecção das situações de riscos vivenciadas pelos adolescentes e pela criança, passando pelos momentos de orientações, em seguida a denúncia e, por fim o acompanhamento contínuo da criança e dos adolescentes durante a participação no PCFA e se possível após o desligamento dos mesmos.

Contudo, tanto o Serviço Social quanto a Pedagogia efetuaram ações voltadas à proteção da criança e dos adolescentes, fundamentando sua ação profissional nos princípios democráticos, éticos, visando uma sociedade igualitária mediante a instauração da justiça social.

É fundamental que estes profissionais possuam uma consciência crítica, pois dessa forma o mesmo, ao olhar a realidade irá perceber àquilo que precisa ser problematizado e explicitado. Desta forma, obterá uma maior compreensão do contexto dessa realidade na sua totalidade, assim como articular a correlação de forças, para assim serem executadas transformações necessárias em prol do bem comum.

Segundo Freire (1979), esse processo de intervenção está associado á uma ação profissional ligada a um processo de mudança na estrutura social²⁴. A mesma é permeada por esta instabilidade, pois

[...] não poderia ser somente mutável, porque, se não houvesse o oposto da mudança, sequer a conheceríamos. Em troca, não poderia ser também só estática, pois se assim fosse já não seria humana, histórica, e, ao não ser histórica, não seria estrutura social. (FREIRE, 1979, p. 46).

Segundo Freire (1979), a mudança e estabilidade são resultados da ação do trabalho do ser humano no mundo, pois perante os desafios cria-se e recria-se esse mundo humano, sendo o produto da práxis humana. Este mundo sendo criado por ele e para ele, o ser humano não pode fugir daquilo que pertence e faz parte, do seu papel como ser humano e como profissional. De acordo com o mesmo autor:

Enquanto a estrutura social se renova através da mudança de suas formas, da mudança de suas instituições econômicas, políticas, sociais, culturais, a estabilidade representa a tendência à normalização da estrutura (FREIRE, 1979, p. 47).

Portanto, o papel dos profissionais, inclusive os que atuam com crianças e adolescentes, é de analisar os períodos de mudanças e de estabilidades da estrutura social. E para isso precisa conhecê-la e compreendê-la. Porém, para conhecer a estrutura social é necessário que a ação profissional seja pensada, problematizada e avaliada se está de acordo com o compromisso ético que possui, por ser um ser humano e, um ser que possui uma profissão numa sociedade. Devem-se avaliar as possibilidades para que haja a execução e, as limitações para que se obtenha a superação das mesmas. Essas questões devem ser analisadas dentro do contexto histórico vigente, pois as possibilidades e limitações advêm desse contexto.

Ressalta-se que nos acompanhamentos à criança e aos adolescentes executados pelos profissionais do Serviço Social e da Pedagogia do PCFA foi efetivado com compromisso profissional. No entanto, antes de explanar sobre a questão do compromisso do profissional é importante que se tenha a compreensão

²⁴ “Efetivamente a mudança e estabilidade, o dinamismo e o estático, constituem a estrutura social” (Freire, 1979, p. 45).

deste conceito, e entender que antes de ser um profissional o mesmo é um ser humano inserido numa sociedade.

A ação reflexiva, isto é, a práxis, é inerente ao ser humano, o que significa a capacidade de criar e de prosseguir transformando. Entretanto, “como homem, que não pode estar fora de contexto histórico-social em cujas inter-relações constrói seu eu, é um ser autenticamente comprometido, falsamente ‘comprometido’ ou impedido de comprometer-se verdadeiramente” (FREIRE, 1979, p. 19-20).

O compromisso que o ser humano possui é de um homem concreto numa determinada situação concreta. Assim,

[...] não há homem sem mundo, nem mundo sem homem, não pode haver reflexão e ação fora da relação homem – realidade. Esta relação homem – realidade, homem – mundo, [...] implica a transformação do mundo, cujo produto, por sua vez, condiciona ambas, ação e reflexão. É, portanto, através de sua experiência nestas relações que o homem desenvolve sua ação-reflexão, como também pode tê-las atrofiadas (FREIRE, 1979, p.17-18).

De acordo com Freire (1979) aquele que fala, mas não age é considerado o profissional não comprometido e aquele que corre risco em prol do bem comum é o profissional verdadeiramente comprometido. A sociedade vigente em âmbito mundial, não se mostra justa, pois nela está instaurada uma enorme desigualdade social, comprovada na situação de grandes riquezas concentradas por seletos grupos sociais. Nesse sentido, levando em consideração que na sociedade capitalista vigente a riqueza é socialmente produzida, isto é, produzida por todos, e que a mesma é quantificada, significa que há grupos sociais (principalmente a classe trabalhadora) que acessam de forma extremamente reduzida àquilo que também produzem.

Segundo Freire (1979), o compromisso verdadeiro implica na ação reflexiva, isto é, na práxis e não numa ação baseada no senso comum. Para tal é necessário que haja uma busca constante do conhecimento da realidade, a qual é inconstante. O autor ressalta a importância de uma consciência crítica, a qual consiste em analisar a realidade, problematizá-la, refletir e agir. Ao contrário do que possui a consciência ingênua, aquele que se julga comprometido, mas entende a realidade como algo estático.

Portanto a realidade deve ser analisada e conhecida em sua totalidade e não de forma focalista e fragmentada. A realidade é dinâmica, sempre há algo novo a conhecer. São as relações humanas que fazem à dinamicidade da realidade acontecer, no entanto a mudança não é instantânea. Com relação às situações expostas, é necessário que o acompanhamento continue e a análise das mesmas seja constantemente realizada, para assim detectar mais informações a respeito, bem como dar continuidade aos atendimentos fundamentados no acesso aos direitos dos cidadãos.

Por fim, a ação profissional deve ser fundamentada na reflexão da realidade social, para que o profissional não se torne apenas um tarefeiro em seu espaço de trabalho, o que rompe com seu compromisso verdadeiro de constante busca de conhecimento e de ação reflexiva. O profissional possui um “Compromisso com os destinos do país. Compromisso com seu povo. Com o homem concreto. Compromisso com o ser mais deste homem” (FREIRE, 1979, p. 25) e se “fugir da concretização deste compromisso é não só negar-se a si mesmo como negar o projeto nacional” (FREIRE, 1979, p. 25).

O projeto ético político do Serviço Social com a sociedade, de acordo com Lima (2004), pode ser entendido como um processo em contínuo movimento, o qual possui a liberdade de escolha de alternativas de intervenção, as quais devem estar fundamentadas no compromisso de qualidade na prestação de serviços.

Como afirma a mesma autora, o projeto profissional, de caráter democrático, desperta na contemporaneidade debates e desafios a serem suprimidos. São efetuadas discussões a respeito do desenvolvimento e/ou aprimoramento do referencial técnico-operativo para respaldar a ação profissional no cotidiano do trabalho. Os desafios dizem respeito à superação das práticas conservadoras que ainda residem na ação profissional do Serviço Social. Portanto a ação profissional possui uma dimensão operativa e ética.

Entendendo que existem três eixos norteadores, os quais são considerados processos que

garantem subsídios e legitimidade à formulação de agendas públicas e a proposição de políticas sociais que venham a responder as demandas dos usuários e alimentar um processo de construção coletiva de reivindicação, afirmação e efetivação de Direitos Sociais (LIMA, 2004, p. 3).

Esses eixos segundo Lima (2004) são os Processos políticos-organizativos, que tem como a centralidade do trabalho do assistente social a intervenção e participação social, como por exemplo, os Conselhos de Gestão e de Direitos (voltado à assessoria e mobilização, mediante abordagens de grupo, individual e/ ou coletiva), Processos de Planejamento e Gestão (consistem em assessoria e consultoria à instituições de caráter público e privado com o objetivo de avaliação de políticas sociais), as ações de recursos humano, a organização e gerenciamento de programas, projetos e serviços e, por último o eixo foco deste trabalho que são os Processos Socioassistenciais.

Os processos Sócio-assistenciais são divididos nas categorias de ações socioeducativas, socioemergenciais, socioterapêuticas e periciais. Neste contexto a ação profissional é caracterizada pela intervenção direta com os usuários, atendendo geralmente famílias em situação de vulnerabilidade social, com demandas específicas geralmente detectadas ou explicitadas no contexto institucional. O seu objetivo é construir juntamente com os usuários respostas às suas demandas singulares, na perspectiva da garantia de direitos da cidadania (LIMA, 2004).

Entretanto, as ações socioeducativas, por estarem inseridas numa sociedade de interesses e ideologias antagônicas, as mesmas podem possuir um caráter disciplinador com o intuito de manipular e moldar os usuários no espaço institucional, representadas na profissão dos assistentes sociais como práticas do conservadorismo histórico. Ou ainda (o ideal), estarem pautadas no fortalecimento da classe trabalhadora, no atendimento de demandas relacionadas à vulnerabilidade social, na defesa dos direitos humanos, da justiça e da democracia, baseadas na concepção crítico/dialético.

Neste sentido, Serviço Social inserido em contextos educacionais (como é o caso do PCFA) possui o papel de contribuição na garantia do direito social à educação. O desafio atual no âmbito da educação brasileira é obter vagas em escolas que atendam as demandas da população, bem como a qualidade de serviços prestados pelo sistema educacional. Pois segundo os dados do CFESS²⁵ (2001), 60% dos alunos que iniciam seus estudos não concluem a 8ª série do ensino

²⁵ Conselho Federal do Serviço Social (CFESS).

fundamental, o que significa que não concluem a segunda etapa da Educação Básica.

O sistema brasileiro de educação possui o desafio quanto ao dever do Estado de garantir o acesso e a permanência das crianças e dos adolescentes na escola, para tal é preciso que haja a disponibilidade de infraestrutura necessária para que esse direito seja efetivado.

A exemplo das situações analisadas, o Serviço Social pode contribuir realizando “diagnósticos sociais, indicando possíveis alternativas à problemática social vivida por muitas crianças e adolescentes, o que refletirá na melhoria das suas condições de enfrentamento da vida escolar” (CFESS, 2001, p.12), o que significa detectar as causas de problemas sociais vivenciados pelas famílias e propor alternativas que visam reverter situações problemáticas.

Além do mais, realizar atendimentos e encaminhamentos aos serviços socioassistenciais, colaborando no acesso aos direitos. Nesse contexto ressalta-se a grande demanda das crianças, dos adolescentes e suas famílias ao Serviço Social a encaminhamentos às redes de atendimento à saúde.

No PCFA observou-se em alguns momentos a falta de entendimento dos demais profissionais a respeito da função da profissão de Serviço Social no Projeto, associando muitas vezes à profissão a atendimentos imediatos.

É necessária a compreensão de que o assistente social se insere no sistema educacional para contribuir como especialidade, como já foi anteriormente relacionada, e não para ocupar a função de outros profissionais como da área da pedagogia e psicologia.

Entretanto, precisa-se ter uma clareza do próprio assistente social a respeito da função do Serviço Social no âmbito da educação²⁶, para que haja um reconhecimento por parte da sociedade como um todo, tanto dos usuários quanto por parte das demais profissões. No entanto, essa é uma luta cotidiana, que será exercida na ação profissional, na forma de atendimento, na renovação de conhecimentos e na busca pela informação. Dessa forma, serão realizadas as

²⁶ “Esta definição também deve ser considerada na perspectiva da gestão do trabalho em seu sentido mais amplo, que contemple ao menos três dimensões indissociáveis: as condições materiais, institucionais, físicas e financeiras necessárias para execução da assistência social; as competências e atribuições próprias de cada profissão; e os meios e instrumentos necessários ao exercício profissional” (CFESS, 2011).

dimensões e o compromisso ético- político, teórico-metodológico e técnico-operativo propostos pela categoria.

3.3 OS DESAFIOS DA ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL EM ESPAÇOS EDUCACIONAIS – A PARTIR DA EXPERIÊNCIA VIVENCIADA EM UM PROGRAMA SOCIOEDUCATIVO

Apesar da sua importância, como aponta Almeida (2003), a presença do assistente social no âmbito da educação causa uma grande preocupação principalmente aos professores, por diversos motivos. Dentre os mais alarmantes destaca-se a questão das instituições educacionais já terem sido utilizadas em vários momentos históricos como foco de ações revolucionárias embasadas em tradições autoritárias, mostrando que ainda há dúvidas em relação ao papel do assistente social nessa área. Alardeia-se sobre a possibilidade de sobreposição de funções e habilidades com relação às ações educativas pautadas na construção da cidadania. Por outro lado, vincula-se a presença do assistente social a consolidação de práticas assistencialistas.

Segundo o mesmo autor, os usuários e a rede de instituições que compõem o campo da política de educação não se relacionam mais da mesma forma com a rede de proteção das demais políticas setoriais, por conta da nova realidade social. Diante dessa situação, tanto as unidades educacionais passam a necessitar de novos aportes sociais e profissionais para o desenvolvimento das suas funções sócio-institucionais, quanto às instituições e os profissionais da rede de proteção formulam projetos e ações dirigidas às escolas (direta ou indireta, por meio da inserção do assistente social na escola, ou pela saúde, com projetos às crianças e aos adolescentes).

Contudo, é necessária a ampliação de competências e habilidades dos profissionais que atuam no campo das políticas sociais. Isso significará a sintonia da formação profissional com a dinâmica da realidade social.

Desta forma, Almeida (2003) traz que alternativas vem sendo construídas no mundo do trabalho, principalmente com relação ao trabalho desenvolvido no campo das políticas sociais, como capacitações continuadas, na formação de equipes e

atividades multiprofissionais ou interdisciplinares, o que significa que os profissionais não são mais requisitados (nova modalidade de trabalhadores) por suas formações específicas, mas pelos perfis que dispõem para as novas funções e demandas sociais.

Conforme Almeida

[...] a atuação dos Conselhos Regionais e dos grupos institucionais que tomam esta área como objeto de preocupação sejam decisivos para articular a dinâmica do mercado de trabalho e o projeto de organização política e luta em torno da ampliação e democratização das políticas sociais. (ALMEIDA, 2003, p. 7).

O Serviço Social tem contribuído com projetos em relação ao acesso da população às instituições educacionais, bem como na permanência desses cidadãos na mesma por meio da mobilização da rede de proteção social local e na garantia de qualidade dos serviços prestados.

A organização de atividades com os pais e responsáveis, com a comunidade local, com os próprios alunos e profissionais da educação para tratar de questões relacionadas aos problemas e desafios sócio-educacionais é parte de um processo social e educacional do qual professores, assistentes sociais, sociólogos, sanitaristas, psicólogos e outros profissionais têm contribuído e participado. [...] A análise dessas práticas tem revelado que essas fronteiras previamente estabelecidas acabam sofrendo outras determinações, impostas pela lógica da organização do trabalho coletivo, provocando modalidades de atuação que se explicam muito mais pela relação que estabelecem com a dinâmica da política social do que com as especialidades profissionais (ALMEIDA, 2003, p. 9).

Portanto, para Almeida (2007), novas perspectivas socioocupacionais se abrem ao Serviço Social, por conta da centralidade da educação na dinâmica da vida social, pelo fato da educação estar ocupando um lugar em destaque no processo de desenvolvimento e expansão da sociedade capitalista. Desta forma, precisa ser potencializada para a sua democratização, não permitindo que vire uma mercadoria.

A educação possui caráter ontológico, ou seja, voltado à existência humana, do ser social, da organização da vida em sociedade. Toda a educação tem uma função política, no capitalismo é usada como controle da vida social de acordo com os interesses inerentes deste sistema. E por a educação estar atrelada a vida social

no modo de produção capitalista é permeada de contradições. Precisa-se transformar o caráter da educação à política pública, isto é, ao direito social.

Uma educação emancipatória não se limita à educação escolarizada, ela deve ser organizada sob o caráter de política pública. Nesse sentido, a política educacional é influenciada pelas mudanças no mundo do trabalho, bem como no âmbito da cultura. Deve-se buscar exercer “práticas educacionais contra-hegemônicas, que seja parte do processo de conquistas e ampliação dos direitos sociais e de fortalecimento de uma dada concepção de política de educação” (ALMEIDA, 2007, p. 4). Para a inserção do assistente social no campo educacional é necessário que se tenha a compreensão da dinâmica e complexidade desse campo de atuação do Estado e da sociedade civil.

Para pensar a inserção dos assistentes sociais na política educacional é necessário entender que a composição da educação engloba diferenciados níveis de modalidade de educação e ensino, tais como a educação básica, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos; a educação profissional; a educação superior e a educação especial. O desafio ao Serviço Social é pensar a educação para além da política educacional, vinculada a uma política maior: a política social, situada na área de atuação do Estado.

Há situações que se manifestam com maior força no âmbito do ensino fundamental, são as expressões da questão social que permeiam tanto as escolas públicas como as privadas, e demandam a intervenção do assistente social e contribuição nessa área por meio de ações socioeducativas, por exemplo, em relação ao consumismo, uso de drogas, a gravidez na adolescência, a precarização das condições de trabalho dos docentes são algumas dessas expressões (ALMEIDA, 2007).

O mesmo autor ressalta que apenas a existência dessas expressões não justifica a inserção do assistente social no universo escolar, mas devem-se enfrentar essas demandas com instrumentos de outras políticas, juntamente com o conjunto dos profissionais especializados, para a realização da correlação de forças visando às transformações necessárias. Busca-se bases reais e o significado político de construção da trajetória da inserção do assistente social no âmbito da educação. Colaborando na conquista e ampliação de direitos sociais e educacionais.

Segundo Almeida (2007), há um objetivo maior na inserção do assistente social na área da educação, que é para a soma de forças em busca da construção

de uma nova hegemonia no campo da educação e da cultura, no sentido de participação e mobilização política nos processos coletivos e na esfera pública. O autor expressa:

A adesão às lutas e movimentos sociais em torno da erradicação do analfabetismo, de uma educação pública universal, gratuita e de qualidade, do acesso progressivo dos diversos segmentos sociais aos diferentes níveis de educação constitui expressão importante deste processo de valorização da dimensão educativa do trabalho do assistente social como inclusa nos processos de luta e organização social. (ALMEIDA, 2007, p. 7).

A área da educação como campo de intervenção do Serviço Social não se limita à escola, mas à educação de jovens e adultos e ensino superior, por exemplo, e como já foi citado, em Programas Complementares como o PCFA. Cabe entender a amplitude da política educacional.

A questão da pobreza é uma demanda expressiva no âmbito da educação, principalmente em escolas públicas e em Programas Complementares, a qual também deve ser levada em consideração no modo de olhar dos profissionais, pois vai além da política educacional apenas, permeia o campo da política pública e social.

Contudo, conforme Almeida (2007) existem vários desafios postos ao Serviço Social na educação: a resolução de conflitos socioinstitucionais advindos da herança de uma população que busca novas estratégias de sobrevivência; requisições de inserções na rede de serviços sociais, mediação entre as unidades educacionais e as demais políticas sociais – reduzindo as preocupações e ações assistencialistas, por outro lado uma relação que tem pouco a ver com a dinâmica das unidades educacionais e a instauração de novas racionalidades na forma de organização do trabalho coletivo na área de educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os atendimentos realizados com as crianças e com os adolescentes do Projeto Socioeducativo Criança Fazendo Arte, especialmente pelo Serviço Social e pela Pedagogia, são instrumentos de acesso às políticas públicas e sociais para a instauração da proteção aos mesmos, os quais se encontram em condições de vulnerabilidade social. Os atendimentos especializados contribuem na detecção, no acompanhamento das situações problemáticas vivenciadas pelas crianças e adolescentes usuários do PCFA, como em relação às duas situações relatadas, envolvendo uso excessivo de drogas e violências psicológica e física.

Nesse sentido, o PCFA, fundamentado nas ações socioeducativas, estando inserido entre a política de assistência social e a política da educação, as quais são influenciadas por interesses antagônicos das classes sociais, mediados pelo Estado, que por sua vez é norteadado pelo pensamento neoliberal, sofre com as conseqüências da precarização em sua estrutura. Bem como na falta de profissionais de outras áreas, como por exemplo, da psicologia, que traria contribuições essenciais no atendimento das crianças e dos adolescentes, já que esses vivenciam situações diversas e diferenciadas de vulnerabilidade social, muitas vezes traumáticas, necessitando de auxílio profissional na superação das mesmas.

Os Programas e Projetos Complementares ao ensino formal, que têm como foco a realização das ações socioeducativas por meio de atividades de esporte, lazer, artes etc, apesar de indispensáveis às famílias que vivenciam situações de vulnerabilidade social, na lógica atual dessas ações não vão de encontro com a LDB, que prevê a instauração progressiva do período integral na educação infantil, e no ensino básico, isto é de acesso a todos.

O que significa que as ações socioeducativas estão atualmente pautadas na seletividade, acessadas apenas àqueles que estão em situação de vulnerabilidade social e mesmo assim de forma limitada, inseridos em Programas e Projetos socioeducativos, nos quais possuem listas de esperas nunca suprimidas. Além do mais, muitas vezes com precárias condições quanto aos recursos materiais, financeiros e humanos, prejudicando o atendimento aos usuários.

As ações socioeducativas necessitam da compreensão de toda a sociedade, pois no artigo 4º do ECA está previsto que as crianças e adolescentes devem ser

prioridade absoluta em questão de políticas públicas. Nesse sentido as ações socioeducativas possuem um papel fundamental na garantia da Proteção Integral dos mesmos, além do mais, auxiliam no aprendizado do exercício da cidadania.

Em outros países, a educação formal é automaticamente ligada à educação complementar, priorizando as ações socioeducativas. O Brasil precisa superar este caráter de fragmentação das políticas e legislações. É necessário que as políticas públicas e sociais sejam efetivadas e correlacionadas entre si, bem como não mais efetuar medidas paliativas que se dizem provisórias, mas que na prática se tornam permanentes. Com isso o atendimento às crianças e aos adolescentes que era para ser integral, como previsto em lei, na sua realização é fragmentado, perdendo o sentido de complementar, pois em muitas situações, o Programa dito complementar não se relaciona com a escola formal e vice-versa. Diante disso, como o atendimento vai ser complementar se uma parte constitutiva (escola) não conhece a outra (Programas e Projetos), por serem separados tanto fisicamente quanto profissionalmente. Nesse processo o atendimento perde sua qualidade e efetividade.

Portanto as ações socioeducativas em Programas e em Projetos devem ser de caráter provisório, como parte de um processo de transição ao acesso de todos à educação formal integral de forma permanente.

No Brasil existem escolas, principalmente privadas, que possuem a efetivação dessas ações socioeducativas, as quais são desenvolvidas no período integral do educando na escola formal. Há projetos no âmbito da política educacional que prevêem a implantação do período integral em todas as escolas privadas e principalmente nas públicas. Apenas dessa forma as ações socioeducativas seriam disponibilizadas de maneira universal como explanam as legislações.

A inserção do profissional de Serviço Social no âmbito da educação é considerada uma importante conquista nessa área, não apenas como novas oportunidades de trabalho, mas como mais um meio de participar do fortalecimento e correlação de forças com outras profissões visando à busca do acesso aos direitos sociais e à democratização da educação às crianças e aos adolescentes. Pois os direitos além de serem arduamente conquistados, as lutas devem ser intensamente realizadas para a efetivação dos mesmos.

Diante das possibilidades e desafios postos, destaca-se o não esquecimento por parte dos profissionais do seu compromisso com a sociedade em prol do bem comum, e que os acompanhamentos e atendimentos bem sucedidos às crianças e

aos adolescentes e com toda a forma e público de usuários seja o fôlego para a continuidade da luta cotidiana para a instauração da justiça social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. Retomando a temática da sistematização da prática em serviço social. Em Pauta. Revista da Faculdade de Serviço Social da UERJ. nº10, 1997.

_____. Serviço Social e política educacional: um breve balanço dos avanços e desafios desta relação. Texto apresentado no I Encontro de Assistentes Sociais na Área de Educação, no dia 28 de março de 2003 em Belo Horizonte.

_____. O Serviço Social na Educação: novas perspectivas sócio-ocupacionais. Texto apresentado no Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais, realizado em maio 2007 em Belo Horizonte.

_____. Serviço Social e política educacional: um breve balanço dos avanços e desafios desta relação. Texto apresentado no Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais, realizado em maio 2007 em Belo Horizonte.

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. de. O Estado, a política educacional e a regulação do setor educação no Brasil: uma abordagem histórica', In: Ferreira, N. S. C. e Aguiar, M. A. da S. (Orgs.) Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo; Cortez Editora, 2004.

BEHRING, Elaine Rossetti .Política Social no contexto da crise capitalista. In: Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) /ASSOCIAÇÃO Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). **Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília, 2009.

BRASIL. C. F. (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Secretaria Especial de Editoração e Publicações/Subsecretaria de Edições Técnicas: Brasília, 2006. 87 p.

_____. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Congresso Nacional, 1996.

_____. Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a Lei Orgânica da Assistência Social. Assessoria de Comunicação/ Publicidade do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome: Brasília, março. 2009. 36 p.

_____. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Ministério de Justiça Defesa da Cidadania. Cuiabá (MT): Prosol, Cedca, 1997.

_____. **Política Nacional de Assistência Social**: promulgada em 15 de outubro de 2004. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome: Brasília, 2004.

CFESS. Serviço Social na Educação. **Grupo de estudos sobre o Serviço Social na Educação**. Brasília: DF, 2001.

CFESS. Contribuições de Conjunto CFESS-CRESS ao debate sobre os trabalhadores da Assistência Social, Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/cartilhaSUAS_FINAL.pdf>. (acessado em 27 junho 2011).

DAL PRÁ, Kéli Regina. Notas de aula: **Tipos de Pesquisa e técnica de coleta de dados**. Disciplina DSS 5325: Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso. Florianópolis, 2010.

FREIRE, Paulo. Educação e mudança. Tradução de Moacir Gadotti e Lillian Lopes Martin. **Coleção Educação e Comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, vol.1, mês. 1979. 79 p.

FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e Sociedade**. 7ª ed. rev. São Paulo: Centauro, 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, Fábio Guedes. Conflito social e welfare state: Estado e desenvolvimento social no Brasil. Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, abr. 2006 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122006000200003&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 26 abr. 2011. doi: 10.1590/S0034-76122006000200003.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. A questão social no capitalismo. **Revista Temporalis**. N°3. Brasília: ABEPSS, p. 9-32, 2004.

IANNI, Octavio. A Questão Social. Editora: **Revista São Paulo em Perspectiva**, v.05, nº.1, Jan-Mar, 1991.

KOHLER, Iliane. **A documentação no cotidiano da intervenção dos assistentes sociais**: algumas considerações acerca do diário de campo. Texto de apoio com fins didáticos, 2006.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de. A intervenção profissional do Serviço Social: Propondo o debate sobre ações sócio-educativas. In: IX ENPESS – Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. 14 – 15/05, 2004, Porto Alegre/RS. Anais do IX ENPESS – Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social: ABEPSS, 2004.

MACHADO, Alzemi. **Memórias do Abrigo de Menores**. Blumenau: Nova Letra; Florianópolis: Fundação Franklin Caescaes, 2009.

MEDEIROS, Marcelo. **A trajetória do Welfare State no Brasil**: papel redistributivo das políticas sociais dos anos 1930 aos anos 1990. Brasília, IPEA, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 8 ed. São Paulo: Hucitec/ Rio de Janeiro: Abrasco, 2004. 269 p.

_____. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 22 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003. 80 p.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaoespecial>>. (acessado em: 26 abril 2011).

PEREIRA, Júlia Borba de Andrade. **Registro de atividades de 2010/2**. Trabalho apresentado à disciplina de Supervisão de Estágio Curricular Obrigatório II, ministrada pela Carla Rosane Bressan, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2010.

PEREIRA, Júlia Borba de Andrade. **Relatório de atividade específica de 2010/2**. Trabalho apresentado à disciplina de Supervisão de Estágio Curricular Obrigatório I, ministrada pela Carla Rosane Bressan, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2010.

Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF). Disponível em: <<http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/semas/index.php?cms=semas&menu=1>>. (acessado em: 12 abril 2011).

Sua Pesquisa. Disponível em: <<http://www.suapesquisa.com/capitalismo/>>. (acessado em: 15 maio 2011).

TELLES, Vera da Silva. **Questão Social: afinal do que se trata?**. São Paulo em Perspectiva. v. 10, n.4, , p.85-98, 1996.

APÊNDICÊ

APÊNDICE A – DOCUMENTO DE AUTORIZAÇÃO DA PESQUISA



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DIRETORIA DE PROTEÇÃO SÓCIAL BÁSICA
GERÊNCIA DE AÇÕES SÓCIO-PEDAGÓGICAS
PROJETO SÓCIO EDUCATIVO CRIANÇAS FAZENDO ARTE
CIDADE DA CRIANÇA

TERMO DE CONCENTIMENTO DA INSTITUIÇÃO

Eu, **Elaine Kriedte Hubscher**, coordenadora do Projeto Criança Fazendo Arte de Florianópolis – Santa Catarina, declaro que a **estudante Júlia Borba de Andrade Pereira**, está autorizada a realizar nesta instituição pesquisa em documentos institucionais para seu Trabalho de Conclusão de Curso: “ Ações sócio- educativas: quais são as contribuições às crianças e aos adolescentes”, sob a responsabilidade e orientação da **pesquisadora Prof. Dra Carla Rosane Bressan**.

Ressalto que estou ciente de que serão garantidos os direitos de confidencialidade, de anonimato, da não utilização das informações em prejuízo dos outros e utilização dos dados somente para os fins previstos nesta pesquisa.

Florianópolis, 29 de Março de 2011.

Júlia Borba de Andrade Pereira


Elaine Kriedte Hubscher
Coordenadora
Elaine Kriedte Hubscher
Coordenadora do Projeto
Crianças Fazendo Arte

ANEXOS

ANEXO A – DOCUMENTO DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA EM ORGÃO
PÚBLICO



**PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DIRETORIA DE PROTEÇÃO SÓCIO BÁSICA
GERÊNCIA DE AÇÕES SÓCIO-PEDAGÓGICAS
PROJETO SÓCIO EDUCATIVO CRIANÇAS FAZENDO ARTE
CIDADE DA CRIANÇA**

CI 016/011

Florianópolis, 10 de maio de 2011.

De: Coordenação Geral do Projeto Sócio Educativo Crianças Fazendo Arte

Para: Diretoria de Proteção Social Básica

Cumprimentando-a cordialmente, venho por meio desta, informa-la que Júlia Borba de Andrade é estagiária do Serviço Social contratada pela SEMAS e atua no CEC Crianças Fazendo Arte.

Outrossim, informo que seu estágio é curricular, por este motivo a estagiária está desenvolvendo uma pesquisa em documentos institucionais, sendo a mesma de nosso conhecimento. Já fomos procurados pela professora orientadora da acadêmica e todos os trâmites estão dentro do que foi acordado anteriormente.

Sendo o que se apresenta para o momento, agradeço e subscrevo-me,

Atenciosamente

Elaine Kriedte Hübscher
Coordenadora do Projeto Sócio-Educativo Crianças Fazendo Arte
Elaine Kriedte Hübscher
Coordenadora do Projeto
Crianças Fazendo Arte

ANEXO B – DOCUMENTO DE ORIGEM DO PROGRAMA FAZENDO ARTE



DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, que o **PROGRAMA CENTRO DE EDUCAÇÃO COMPLEMENTAR – FAZENDO ARTE**, desenvolvido pela Secretaria Municipal de Assistência Social, possui inscrição neste Conselho de Direitos, desde 06 de setembro de 2006, sendo que a partir de 15 de setembro de 2010 foi inserido no **Programa Criança Ativa**, também realizado sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência Social, inscrito neste Conselho de Direitos sob o nº028/2010, conforme estabelecem os artigos 90 e 91 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Florianópolis, 26 de maio de 2011.

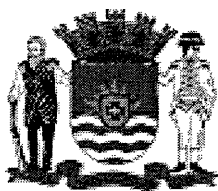
Ana Maria Blanco

Presidente do CMDCA

84

85

ANEXO C – FICHA DE MATRÍCULA DO PROGRAMA FAZENDO ARTE



Prefeitura Municipal de Florianópolis
Secretaria Municipal de Assistência Social e Juventude

SERVIÇO SOCIOEDUCATIVO – FICHA DE MATRÍCULA

1. Identificação da Criança/Adolescente

Nome:
Data de Nascimento:
Sexo:
Cor:
Natural de:
Endereço Residencial:
Bairro:
Telefones:

2. Identificação Familiar

Nome do Pai:
Natural de:
Data de Nascimento:
Profissão:
Endereço:
Telefone:

Nome da Mãe:
Natural de:
Data de Nascimento:
Profissão:
Endereço:
Telefone:

Nome do Responsável:
Natural de:
Data de Nascimento:
Profissão:
Endereço:
Telefone:

Composição Familiar (com quem mora a criança/adolescentes)

Nome	Parentesco	Sexo	Idade	Escolaridade	Estado Civil	Profissão

Renda Média Familiar

<input type="checkbox"/> Até 01 salário mínimo	<input type="checkbox"/> De 01 a 02 salários mínimos
<input type="checkbox"/> De 03 a 04 salários mínimos	<input type="checkbox"/> Acima de 05 salários mínimos

3. A família recebe algum benefício?

<input type="checkbox"/> Bolsa Família
<input type="checkbox"/> PETI
<input type="checkbox"/> Projovem Urbano
<input type="checkbox"/> BPC – Pessoa com Deficiência
<input type="checkbox"/> BPC – Idoso
<input type="checkbox"/> Outros. Quais?

4. Escolaridade

Nome da escola:		
Endereço:		
Telefone:		
Série:		
Turno:		
Já reprovou?	Quantas vezes?	Quais séries?

Principais dificuldades de aprendizagem:

5. Convivência Comunitária

Participa de outro Projeto Educativo? () Sim () Não
Em que dias e horários?

6. Saúde

Alguma deficiência? () sim () não
Quais?
Alguma alergia? () sim () não
Qual?
Alguma restrição alimentar? () sim () não
Quais?
Utiliza algum medicamento? () sim () não
Qual?
Algum familiar com deficiência? () sim () não
Qual e quem:

7. Condições habitacionais

Condições da moradia: () própria () alugada () cedida () outros
Tipo de construção: () alvenaria () madeira () mista () outros
Número de cômodos:

8. Comunidade

Equipamentos comunitários existentes próximo da residência
() escola () quadra de esportes () porto policial () centro comunitário
() igreja () clube () praça () centro de saúde
Outros, quais?

9. Informações Complementares

Motivos que levaram a matricular no Projeto:

10. Observações

Técnico: _____ Data: _____ Assinatura: _____

88
~~89~~

ANEXO D – FICHA DE REMATRÍCULA DO PROGRAMA FAZENDO ARTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E JUVENTUDE
PROJETO SÓCIO-EDUCATIVO CRIANÇAS FAZENDO ARTE
CIDADE DA CRIANÇA

REMATRÍCULA – 2011

NOME DO ALUNO(A): _____

DATA DE NASCIMENTO: _____

NOME DA MÃE: _____

ENDEREÇO: _____

BAIRRO/COMUNIDADE: _____

TELEFONES PARA CONTATO: _____

ESCOLA: _____

SÉRIE: _____

Florianópolis, ____ de ____ de 20 ____

Nome do Funcionário

Assinatura do Pai/Responsável

ANEXO E – REGIMENTO INTERNO DO PROGRAMA FAZENDO ARTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORINÓPOLIS
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E JUVENTUDE

REGIMENTO INTERNO

Florianópolis, fevereiro de 2011

Prefeitura Municipal de Florianópolis
Secretaria de Assistência Social e Juventude
Projeto Sócio Educativo Crianças Fazendo Arte

REGIMENTO INTERNO

O Projeto Sócio Educativo Crianças Fazendo Arte é uma instituição da Prefeitura Municipal de Florianópolis, que atende crianças e adolescentes de 6 a 15 anos em situação de vulnerabilidade de risco pessoal e social.

CAPÍTULO I - dos objetivos:

Art. 1º:

- Organizar o funcionamento da Instituição;
- Otimizar o atendimento das crianças, adolescentes e respectivas famílias;
- Ordenar as ações previstas no Projeto Político Pedagógico;
- Mediar ações de acordo com as leis previstas (ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente; CLT - ; e constituições Federal e Municipal);
- Estabelecer a co-responsabilidade entre a família e o Projeto Sócio Educativo Crianças Fazendo Arte, através das normas deste regimento.

CAPÍTULO II – das competências e finalidades:

Fazer valer o cumprimento das normas e leis previstas neste regimento, buscando a responsabilidade, do Projeto, programas e instituições envolvidas.

1º : Das Instituições:

- AFLOV – Associação Florianopolitana de Voluntariado;
- Secretaria de Assistência Social e Juventude;
- Secretaria Municipal de Educação;

- Colégios e escolas da rede pública;

2º: Dos programas:

- Conselho Tutelar;
- Sentinela;
- Liberdade Assistida;
- PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil);
- Casa de Passagem;
- Caps-AD (Centro de Atenção Psico-social para Álcool e outras Drogas);
- Caps-I (Centro de Atenção Psico-social Infantil).

Art. 2º: Das Competências e Finalidades dos **Funcionários do Projeto**:

1. Respeitar os horários de funcionamento do Projeto, bem como sua carga horária, além das demais regras deste regimento;
2. Colaborar com a limpeza, manutenção e organização do Projeto, zelando pelo seu mobiliário, pelos equipamentos e patrimônio em geral;
3. Apresentar atestado médico em caso de afastamento, independente do vínculo empregatício, de acordo com o estabelecido pelas leis (CLT, Estatutário e/ou outras);
4. Os monitores deverão acompanhar e orientar as crianças e adolescentes nos encaminhamentos para as oficinas, realizando as trocas entre as mesmas; deverão acompanhá-las às atividades do Tênis; orientá-las nos momentos das refeições; prestar atendimento de higiene e primeiros socorros sempre que se fizer necessário; participar das rotas (Norte e Continente) dos ônibus, zelando pela ordem dentro do veículo, alocando os educandos conforme layout pré-estabelecido, além de orientá-los em relação aos riscos nos momentos do desembarque; orienta-los para que sejam desenvolvidas práticas/atitudes pautadas no respeito e nos bons princípios, além de atividades afins;
5. Apresentar relatórios à coordenação em conformidade aos prazos estabelecidos;

6. Participar das reuniões pedagógicas, administrativas, dos pais, alunos e funcionários, sempre que convocados;
7. Solicitar materiais e/ou equipamentos necessários para a realização das atividades, com antecedência;
8. Materiais e/ou equipamentos não usuais no Projeto deverão ser solicitados com antecedência à coordenação;
9. Todos os materiais e/ou equipamentos requisitados deverão ser entregues diretamente ao funcionário que o solicitou;
10. Zelar pelos materiais e/ou equipamentos, além de desenvolver seu uso de forma racional, mantendo sua organização;
11. A representação do Projeto Crianças Fazendo Arte e o uso do nome do mesmo em atividades externas ou junto à empresas, somente poderá acontecer com o conhecimento e autorização da coordenação e da Gerência de Ações Sociopedagógicas;
12. Não é permitido fumar nas dependências internas e externas da Cidade da Criança, bem como fornecer cigarros e fósforos aos educandos. É proibido também fumar nos carros e microônibus;
13. Os funcionários deverão manter atualizados cadastros pessoais junto à coordenação Projeto;
14. As situações adversas a este regimento e ao conhecimento dos educadores e funcionários serão tratadas com a coordenação e/ou gerência;
15. Respeitar os colegas de trabalho e os demais usuários do Projeto Crianças Fazendo Arte;
16. É de inteira responsabilidade doicineiro e/ou professor as turmas de crianças e adolescentes que estirem em seu horário, sendo que este deve sempre ser respeitado;
17. As chaves das respectivas salas (oficinas) deverão ficar no quadro de chaves, estando este localizado ao lado da porta da sala da coordenação;
18. É proibido medicar crianças e adolescentes, sem a devida prescrição/receita médica;
19. Todos têm direito de participar das discussões acerca do regimento interno, bem como da proposta político-pedagógica, porém as mesmas deverão ser discutidas no grande grupo e alterações só serão efetuadas a partir da aprovação da maioria;

Art. 3º: Das Competências e finalidades das **Crianças e Adolescentes**:

1. São extremamente proibidos algazarras e barulhos excessivos nas dependências da Cidade da Criança;
2. Não é permitido o uso de bonés e/ou capuz;
3. Balas, chicletes e pirulitos, assim como refrigerantes e salgadinhos, têm seu consumo vetado dentro do Projeto e nos horários de atividades;
4. Celulares, câmeras digitais, I-pods, MP3 (diversas versões), assim como outros equipamentos eletrônicos não poderão permanecer com os alunos durante as oficinas, devendo ser deixados na sala da Coordenação. Todos serão devolvidos no final das atividades, exceto em casos especiais;
5. Não é permitida a permanência fora das oficinas em momentos nos quais as mesmas estejam sendo ministradas;
6. Em caso de acidentes que culminem com a depredação do patrimônio, os responsáveis serão chamadas, devendo ressarcir a Instituição pelos danos causados;
7. Fica proibida a utilização de bolas no período compreendido entre 11h10 e 13h30, não sendo permitido aos alunos trazerem bolas de suas casas;
8. Uso de materiais esportivos do Projeto somente com autorização dos professores/oficineiros;
9. É vetada a permanência de crianças e adolescentes nos outros programas da Cidade da Criança, exceto nos casos em que estiverem em atendimento;
10. Não é permitido circular na área de estacionamento da Cidade da Criança, fundos, assim como nos prédios que não específicos do Projeto Crianças Fazendo Arte;
11. Respeitar os horários das refeições, estando estas restritas apenas ao refeitório, exceto quando houver outra determinação;
12. Permanecer nas dependências do Projeto apenas nos turnos em que estiverem matriculados, ou em casos especiais, sempre com o consentimento da coordenação;
13. Não poderá se ausentar do Projeto nos horários de atividades sem o devido conhecimento e autorização especial do educador de referência e da equipe técnica;

14. Somente poderão utilizar materiais e/ou equipamentos com autorização e para as atividades a que forem destinados, sempre sob a supervisão/orientação de um educador ou oficinairo;
15. Podem utilizar a Biblioteca do Projeto, inclusive servindo-se de empréstimo domiciliar e consulta local em livros e/ou materiais. A perda ou extravio dos materiais emprestados serão de inteira responsabilidade do locatário, que deverá ressarcir à instituição nos prazos previstos pela normativa do local.
16. Respeitar colegas, educadores, funcionários e visitantes. As atitudes e comportamentos considerados agressivos e abusivos serão discutidos em reunião pedagógica. Posteriormente serão aplicadas às medidas legais, conforme proposta deste regimento;
17. Não é permitido fumar nas dependências internas da Cidade da Criança;
18. Não é permitido utilizar, nas dependências do Projeto, brinquedos ou materiais que possam ser causa de acidentes ou que possam vir a danificar equipamentos (ex; objetos cortantes, elétricos, pontiagudos, estilingues, estiletes, revólveres, etc.);
19. É proibido circular nas dependências do Projeto sem camisa, usando mini-saia, tops, shorts, ou outro traje que venha de encontro às regras básicas do respeito e dos bons costumes. Roupas de banho/praias, só serão aceitas nas dependências da piscina, desde que a mesma esteja em condições de uso e com orientação de profissional autorizado;
20. As crianças e adolescentes que necessitarem de dieta especial (alergias), deverão trazer a receita médica com as recomendações e os ingredientes específicos, para que o Projeto possa se adequar;
21. Só poderão ser consumidos alimentos fornecidos pela Merenda Escolar;
22. Fica estabelecido que os alunos possam procurar a equipe técnica para solucionar problemas ou reivindicar direitos;
23. Nas atividades educativas que requeiram saída do Projeto Crianças Fazendo Arte, só participarão os alunos cujos responsáveis tenham manifestado seu consentimento, via autorização por escrito no ato da matrícula;
24. Casos isolados, não constantes nos itens acima citados, serão analisados em conjunto com a Coordenação do Projeto Crianças Fazendo Arte, e/ou Gerência de Ações Sociopedagógicas e/ou Diretoria de Proteção Básica;

25. O não cumprimento das normas estabelecidas implicará no encaminhamento da criança e/ou adolescente ao atendimento técnico-pedagógico, sendo que este dará os encaminhamentos necessários.

Art. 4º: Das Competências e Finalidades dos Pais e Responsáveis:

1. Participar das reuniões, sempre que convidados/convocados, tendo direito de voz e voto;
2. Apresentar toda a documentação exigida no ato da matrícula;
3. Estabelecer a co-responsabilidade entre a família e o Projeto Crianças Fazendo Arte através das normas deste regimento;
4. Propiciar aos filhos momentos educativos e de orientação referente ao tratamento que deverá ser dispensado a toda equipe técnica que compõem o quadro de funcionários do Projeto Crianças Fazendo Arte;
5. Justificar o motivo da ausência de seus filhos às atividades do Projeto, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis;
6. Comparecer ao Projeto, quando convocado pela equipe técnica, para tratar de assuntos relacionados a seu(s) filho(s);
7. Em caso do não cumprimento do item 6, serão dados os encaminhamentos necessários aos órgãos responsáveis;
8. Colaborar e participar de eventos promovidos pelo Projeto Crianças Fazendo Arte com direito a dar sugestões no trabalho realizado pelo mesmo;
9. Direito de solicitar reuniões com a coordenação e/ou equipe de funcionários, com hora marcada, para tratar de assuntos relacionados ao(s) seu(s) filho(s);
10. Direito de autorizar ou não a participação de seu(s) filho(s) em atividades fora dos limites do Projeto;
11. Direito de conhecer e participar das discussões acerca da elaboração deste Regimento Interno, bem como da Proposta Política Pedagógica;
12. Mediante qualquer enfermidade presente na criança e/ou adolescente, a exemplo de estado febril, transtornos gastro-intestinais, cefaléias, otites, problemas odontológicos, é de responsabilidade dos pais os cuidados básicos, assim como encaminhamentos aos Centros de Saúde;

13. Em caso da necessidade de serem ministrados medicamentos, que estes sejam trazidos por pessoa responsável e entregues a um funcionário da equipe técnica, juntamente com a receita e os horários de administração;
14. Casos isolados, não constantes nos itens acima citados, serão analisados em conjunto com a Coordenação do Projeto Crianças Fazendo Arte, e/ou Gerência de Ações Sociopedagógicas e/ou Diretoria de Proteção Básica;

Art. 5º: Das Disposições Gerais:

1. As merendeiras e os funcionários não poderão se ausentar no período em que são servidas as refeições, devendo auxiliar sempre que convocados, cumprindo escala pré-estabelecida;
2. O fornecimento de alimentação às pessoas que não são parte integrante do Projeto, somente será permitido com autorização da coordenação do Projeto;
3. O acesso à cozinha é de restrito as merendeiras. Demais funcionários só poderão acessar em caso de necessidade e se convidados, sempre dentro das normas estabelecidas. Aos alunos e pessoas estranhas não será permitido o acesso
4. O cardápio deverá ser estabelecido pela Coordenadoria da Merenda Escolar e deverá ser afixado no refeitório;
5. A equipe de serviços gerais deverá seguir a escala de limpeza conforme estabelecido no cronograma de atividades.

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

O presente Regimento Interno foi escrito e elaborado no ano de 2004, pela Coordenadora Pedagógica do Projeto Crianças Fazendo Arte, Maria Dealtina Pereira e posteriormente foi aprovado pela Secretária Sra. Rosemeri B. Berger, que fez as alterações consideradas procedentes. Durante o mês de março de 2009, reuniu-se uma subcomissão que reavaliou o presente Regimento, formada pelos funcionários abaixo relacionados:

Kátia Gaia – Psicóloga;
Maria Dealtina Pereira – Coordenadora Pedagógica;
Kátia de Oliveira – Professora;
Lourival F. A. Leite – Oficineiro;
Ana Cláudia Silvy – Monitora;
Beatriz V. Pereira – Educadora Social;
Paola Vicenzi Franco – Estagiária.

COMISSÃO DE REFORMULAÇÃO

Em 16 de fevereiro de 2011, reunidos nas dependências do Projeto, realizamos a releitura do Regimento Interno e foram feitas as alterações que se julgaram necessárias. A presente comissão esteve formada pelos funcionários abaixo relacionados:

Ana Cristina S. Muller – Monitora;
Vladimir Rosa – Oficineiro;
Marcelo Noronha Trajano – Oficineiro;
Elaine Kriedte Hübscher – Coordenadora;
Beatriz V. Pereira – Educadora Social;
Giovana P. dos Reis Ganzo – Professora;
Ester Meister Ko. Freitag – Professora;
Clen Campos – Professor;
Edith Ana R. Stoccco – Professora;
Clodoaldo de J. Oliveira Abreu – Professor.

COMISSÃO DE REFORMULAÇÃO

Em 18 de fevereiro de 2011, novamente se reuniram os funcionários do Projeto, momento no qual foram acrescentados alguns itens e alterados outros, para que ficassem de acordo com as necessidades do Projeto e do público por nós atendidos. Assim, tivemos neste dia reunidos:

Ana Cláudia Silvy – Monitora;

Ana Cristina S. Muller – Monitora;

Vlademir Rosa – Oficineiro;

Marcelo Noronha Trajano – Oficineiro;

Beatriz V. Pereira – Educadora Social;

Giovana P. dos Reis Ganzo – Professora;

Ester Meister Ko. Freitag – Professora;

Clen Campos – Professor;

Edith Ana R. Stoccco – Professora;

Clodoaldo de J. Oliveira Abreu – Professor.